

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	27
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Descrição dos controles internos	29
5.4 - Programa de Integridade	30
5.5 - Alterações significativas	31
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	38
6.6 - Outras informações relevantes	39

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	40
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	41
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	42
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	43
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	49
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	50
7.8 - Políticas socioambientais	51
7.9 - Outras informações relevantes	53

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	54
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	55
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	56

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	57
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	59
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	60
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	61
9.2 - Outras informações relevantes	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	79
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	82
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	83
10.5 - Políticas contábeis críticas	97
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	105
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	106
10.8 - Plano de Negócios	107
10.9 - Outros fatores com influência relevante	109
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	110
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	111
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	112
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	115
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	120
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	121
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	122
12.7/8 - Composição dos comitês	125

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	126
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	127
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	137
12.12 - Outras informações relevantes	138

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	139
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	142
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	146
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	149
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	150
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	151
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	152
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	153
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	154
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	155
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	156
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	157
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	158
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	159
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	160
13.16 - Outras informações relevantes	161

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	162
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	164

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	165
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	172
14.5 - Outras informações relevantes	173
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	174
15.3 - Distribuição de capital	182
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	183
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	184
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	185
15.7 - Principais operações societárias	186
15.8 - Outras informações relevantes	187
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	188
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	189
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	190
16.4 - Outras informações relevantes	191
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	192
17.2 - Aumentos do capital social	193
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	194
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	195
17.5 - Outras informações relevantes	196
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	197
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	198

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	199
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	200
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	201
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	202
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	203
18.8 - Títulos emitidos no exterior	204
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	205
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	206
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	207
18.12 - Outras informações relevantes	208
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	209
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	210
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	211
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	212
20.2 - Outras informações relevantes	213
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	214
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	217
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	221
21.4 - Outras informações relevantes	222

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Mazzini

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Atualmente o cargo de Diretor Presidente está vago.



1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fábio Mazzini, Diretor Geral e de Finanças, Administração e Relações com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômica financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Bernardo do Campo, 04 de maio de 2018.



Fábio Mazzini
Diretor Geral e de Finanças, Administração
e Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	01/01/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Intermediárias (ITR), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (IFRS).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários e despesas: R\$340.202,89
Justificativa da substituição	Nos últimos três exercícios sociais, não houve substituição de auditor independente.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Rafael Dominguez Barros	01/01/2014	251.488.588-42	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, Berrini, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (11) 38865100, e-mail: rafael.barros@br.gt.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	-317.749.529,15	-293.428.185,93	-298.025.586,22
Ativo Total	336.697.312,73	363.757.876,46	397.192.800,49
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	445.983.139,20	427.532.301,02	427.476.569,26
Resultado Bruto	57.106.230,08	45.289.750,94	33.695.013,35
Resultado Líquido	-24.318.907,73	4.597.772,35	143.637.966,17
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.783.212	5.783.212	17.349.638
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-54,943434	-50,738272	-17,177626
Resultado Básico por Ação	-4,205087	0,795021	-8,279018

3.2 - Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro adotado pela Administração da Companhia como uma forma de mensurar seu desempenho, sendo elaborado em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 e conciliada com as demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho, é apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBITDA da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Em milhares de R\$		
	2017	2016	2015
Resultado operacional próprio	11.879	5.260	(4.622)
(+) Depreciação e Amortização	19.244	18.903	20.124
EBITDA	<u>31.123</u>	<u>24.163</u>	<u>15.502</u>

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o resultado líquido divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

	Em milhares de R\$		
	2017	2016	2015
(=) Resultado líquido do exercício	(24.319)	4.598	(143.638)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(9.434)	395	1.277
(+) Despesas financeiras líquidas	45.632	267	137.739
(+) Depreciação e amortização	19.244	18.903	20.124
(=) EBITDA	<u>31.123</u>	<u>24.163</u>	<u>15.502</u>

c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como indicador não contábil, pois acredita ser uma medida mais prática e apropriada para mensurar seu desempenho operacional, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus negócios, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia, porém de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não é uma medida de desempenho financeiro e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a

3.2 - Medições não contábeis

outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às demonstrações financeiras auditadas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nenhum evento subsequente relevante ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>
Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária de 2018, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.	A Assembleia Geral Ordinária de 2017, deliberou pela aprovação da proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício de 31 de dezembro de 2016 no total de R\$4.597.772,35, apresentado nas	Na Assembleia Geral Ordinária de 2016, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.

3.4 - Política de destinação dos resultados

		Demonstrações Financeiras, de modo que o valor foi utilizado na absorção do prejuízo acumulado.	
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.
Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a

3.4 - Política de destinação dos resultados

	distribuição de dividendos”.	distribuição de dividendos”.	distribuição de dividendos”.
Política de distribuição de resultados	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2018, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2017, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não distribuiu dividendos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não declarou dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	0,00	Outros índices	16,89000000	Dívida Líquida / EBITDA. A Companhia utiliza o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA, por entender que é um indicador mais adequado para suas operações.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		560.852,33	4.812.174,51	10.608.695,76	103.404.431,35	119.386.153,95
Financiamento	Quirografárias		0,00	12.743.387,29	29.734.570,34	398.712.887,45	441.190.845,08
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Crédito Fiduciário	820.519,21	2.370.514,62	1.167.407,70	3.504.088,91	7.862.530,44
Total			1.381.371,54	19.926.076,42	41.510.673,80	505.621.407,71	568.439.529,47
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

CENÁRIO ECONÔMICO - 2017

No ambiente internacional, a atividade econômica global está se recuperando com melhoras nos investimentos, manufatura e comércio. O crescimento mundial aumentou de 3,2% em 2016 para 3,7% em 2017, conforme indicadores da economia real e projetada, divulgados em janeiro de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional.

As regiões mais desenvolvidas do mundo tiveram crescimento acentuado. Na Zona do Euro, o PIB de 2017 atingiu um crescimento de 2,4% contra 1,8% de 2016 e nos Estados Unidos o crescimento para o mesmo período foi de 2,3% contra 1,5% de 2016.

Na China, o resultado de 2017 do PIB foi de 6,8%, o que reforça a estabilização da economia Chinesa verificada em 2016 que foi de 6,7%.

Internamente o mercado financeiro trabalha com a expectativa de juros estáveis, mas ainda existe muita dificuldade no controle das contas públicas. O baixo crescimento da atividade econômica em alguns setores da economia, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo está comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando a reforma da Previdência e a redução da participação acionária do Governo em algumas empresas.

O Brasil está saindo de uma profunda recessão o que é demonstrado no PIB de 2017 que foi um crescimento de 1,1% contra -3,5% de 2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais que sejam individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a) Valores envolvidos

b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Descrevemos os processos que, quando considerados em conjunto, são relevantes em função do valor envolvido e de acordo com avaliação de nossos assessores legais possuem a classificação de risco de perda como possível e não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

Tributárias

- i) PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,90 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- ii) CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 5,83 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 7,05 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- iv) Compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 389 mil, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

Previdenciárias

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 6,07 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso.

O montante envolvido é de R\$ 7,19 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

Cíveis

A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 4,22 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não apresenta outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Companhia é de origem Brasileira.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia efetua análise contínua do resultado das operações e riscos, sendo suportada pela Auditoria Interna, tendo suas Demonstrações Financeiras analisadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e revistas pelo Conselho Fiscal.

Os controles internos são supervisionados pela Auditoria Interna, conforme procedimentos existentes.

Não houve deficiências e recomendações sobre os controles internos apontados pelos auditores independentes.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui o Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2011.

O documento pode ser consultado no site da Companhia: www.mangels.com.br

A Companhia possui o canal de denúncias disponível para o recebimento de denúncias internas e externas, sendo mantidos o sigilo e a privacidade, não sendo necessário a identificação.

O canal de denúncias está disponível no próprio site da Companhia ou pelo telefone 0800 2929 400, onde as denúncias são direcionadas para a área de Auditoria Interna.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	18/09/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/12/1971

6.3 - Breve histórico

A Mangels foi fundada em 1º de outubro de 1928 por dois imigrantes alemães, Max H. H. Mangels Jr. e Heinrich Kreutzberg. Como o Brasil daquela época ainda não dispunha de sistemas de abastecimento de água, os sócios logo vislumbraram uma grande oportunidade de trabalho: fabricar baldes em aço galvanizado, item até então importado da Europa.

Com um produto tão simples, nascia também a vocação da Empresa de alinhar-se permanentemente às transformações e atender às reais demandas do mercado.

A primeira fábrica da Mangels foi construída no Bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, e até 1969 continuou como a única unidade fabril da empresa.

O mundo vivia momentos conturbados, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a sucessão de acontecimentos que, anos depois, iriam dar início à 2ª Guerra Mundial.

Já em 1932 a Empresa empreendia seu primeiro programa de diversificação produtiva, passando a fabricar ferragens para as linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica criadas pela Light para um país que iniciava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento.

E o mercado se modificava. Para acompanhar o novo cenário e reforçando sua vocação pioneira, a Mangels dava início em 1938 à produção de botijões para a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP.

No início dos anos 50, com a chegada de Max E. Mangels e Peter Mangels, a Empresa passaria a ser comandada por uma nova geração da família de seus fundadores. Naquela década, o País seria governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek que, sob o lema “50 anos em 5”, privilegiou os investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi a partir de seu incentivo que, em 1958, tiveram início as atividades da indústria automobilística brasileira.

Mais uma vez, a Mangels provava estar conectada com seu tempo, e passava a produzir rodas e autopeças, selando também seu compromisso de qualidade com os mais rigorosos padrões internacionais de fabricação.

Em 1969, a Mangels iniciava seu programa de expansão em duas frentes: a inauguração de sua segunda fábrica, em São Bernardo do Campo, para produção de tiras de aço e a aquisição das empresas Bratal Ferro e Aço e Laminação Panambra. Instalava também o primeiro Centro de Serviços de Aço da América Latina, localizado junto à unidade fabril de aços relaminados. Em 1970, iniciava a fabricação de novos modelos de rodas de aço e fazia já as primeiras exportações destes produtos para os Estados Unidos.

A partir de 1971, a Empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1972, inaugura sua terceira fábrica, a de Cilindros para GLP, em Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Em 1974, adquire mais uma companhia, a Laminação Baukus, voltada à laminação de tiras de aço com avançada tecnologia em ligas e aços tratados termicamente.

Atuando em segmentos altamente exigentes e qualificados, a Mangels logo se tornou sinônimo de qualidade. Foi este reconhecimento que permitiu à Empresa conquistar novos mercados com seus produtos diferenciados. Assim, a Mangels passou a exportar cerca de 15% de sua capacidade,

6.3 - Breve histórico

principalmente para os países desenvolvidos, mercado caracterizado pelos elevados níveis de exigência.

Marcando mais uma vez seu pioneirismo e vocação básica de inovação, a Mangels instala em 1989 uma nova fábrica de rodas de liga leve de alumínio, em complementação às rodas de aço. É nesse período que passa a ser estruturada em Unidades de Negócio, com a criação de três divisões: Divisão Aços, Divisão Rodas e Divisão Cilindros.

Essas mudanças ocorreram justamente com a nomeação de Robert (Bob) Mangels à Presidência, representante da terceira geração da família que dirige a Empresa desde a sua fundação.

No Brasil, a década de 90 foi marcada por profundas transformações, como a abertura dos mercados, o aumento de competitividade e o início da incorporação do processo da globalização. O novo executivo promove uma profunda reestruturação, dando foco às atividades eleitas para o “core business”: Aços, Rodas e Cilindros. Os demais negócios foram vendidos ou encerrados.

Um amplo programa de modernização fabril teve também início. Entre os anos de 1994 e 2000 a Mangels investiu mais de US\$ 70 milhões objetivando, principalmente, o aumento de qualidade e produtividade. A fábrica da Mooca, que ainda detinha a atividade de galvanização, foi desativada e transferida para Guarulhos, em São Paulo. Além disso, foram inauguradas as oficinas de requalificação da Divisão Cilindros, passo essencial para que a Mangels pudesse oferecer aos seus clientes um completo rol de produtos e serviços. Também neste período a Empresa obteve a certificação ISO 9000 em suas três divisões.

Foi nessa época também que Robert Mangels passou a implementar uma filosofia de gestão de pessoas baseada nos princípios da liderança participativa, da ética e, acima de tudo, da transparência. Na visão do gestor, este modelo garante a excelência profissional, a valorização e o contínuo aprimoramento dos colaboradores da Mangels.

Em 2003, a Mangels aderiu ao segmento especial denominado Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, formalizando seu compromisso de transparência e uniformização nas informações prestadas ao mercado. Nesta época, a Mangels contava com cinco fábricas, localizadas nos municípios de São Bernardo do Campo e Guarulhos, em São Paulo, e Três Corações, em Minas Gerais (fábricas 1 e 2 da Divisão Rodas e fábrica da Divisão Cilindros). Seu escritório central era localizado no Bairro da Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, onde se concentram as atividades financeiras e administrativas.

Em julho de 2006, foi definido o novo plano estratégico da Empresa, para o período de 2007 a 2011, que tem como foco os negócios de maior potencial de crescimento e rentabilidade, a simplificação da gestão, a capacitação dos recursos humanos, e como prioridade absoluta à melhoria operacional e o atendimento aos nossos clientes.

No ano de 2007 a Mangels anunciou a implementação do maior plano de investimentos trienal de sua história, contemplando aumento de capacidade de produção na Divisão Rodas, em Minas Gerais, que em 2006 produzia 1,3 milhão de rodas de alumínio por ano, passando para 1,75 milhão no final de 2007; ampliação e modernização da fábrica de aços relaminados, em São Bernardo do Campo, construção de uma planta nesta mesma cidade do ABC paulista, para atendimento dos seus clientes do centro de serviços de aços e o início da construção de outra fábrica na Zona Franca de Manaus.

6.3 - Breve histórico

Em 2008 a Mangels completou 80 anos. Além desse fato marcante, o ano também teve destaque pelos investimentos realizados. Como parte do plano de investimentos trienal, a Mangels em 2008 investiu R\$ 82,9 milhões, atingindo a soma de R\$ 122,6 milhões de investimentos desde 2007. Foi inaugurada em dezembro de 2008 a nova unidade do centro de serviços de aço na Zona Franca de Manaus, para atendimento dos clientes de Manaus e toda a região Norte. Esta nova unidade fabril tem capacidade anual de produção de 77 mil toneladas de aço.

De acordo com a estratégia adotada em 2006, os investimentos da Empresa têm sido direcionados principalmente para as Divisões Aços e Rodas. Juntamente com a unidade de Manaus, da Divisão Aços, foram adquiridos diversos equipamentos para a fábrica de São Bernardo do Campo para aumento de capacidade produtiva e de produtividade. A Divisão Rodas recebeu novas máquinas e equipamentos destinados a melhorias de produtividade e qualidade, merecendo menção especial, a linha de pintura horizontal, que propiciará a Mangels fornecer rodas de alumínio para os mercados de países desenvolvidos, visto que esta linha atenderá aos mais elevados padrões de exigências técnicas mundiais.

Os investimentos no ano de 2010 somaram R\$ 66,9 milhões, voltados principalmente para o aumento de eficiência produtiva e para aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda e

E.Koga & Cia. Ltda., que atuam, respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Em 2011, os principais investimentos foram para a construção da nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha de usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Para enfrentar esses desafios de 2012, a Companhia tomou medidas expressivas. Os negócios de Galvanização foi vendida e o de Aços em São Bernardo do Campo, que operava com margens de lucro insatisfatórias estava em fase de descontinuação.

Como parte de um processo de reestruturação financeira, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitindo à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

Em dezembro de 2015, a Companhia passa a ter como novo endereço de sua sede social o bairro do Planalto, no município de São Bernardo do Campo, alterado em outubro de 2017 para o Centro do próprio município de São Bernardo do Campo.

O decreto de encerramento da Recuperação Judicial se deu em 14 de março de 2017, conforme detalhado no ítem 6.5 deste Relatório de Referência.

6.3 - Breve histórico

Em 2018, a Mangels comemora 90 anos de história e comprometimento com seus clientes, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1ª opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

Os detalhes do aditivo também encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

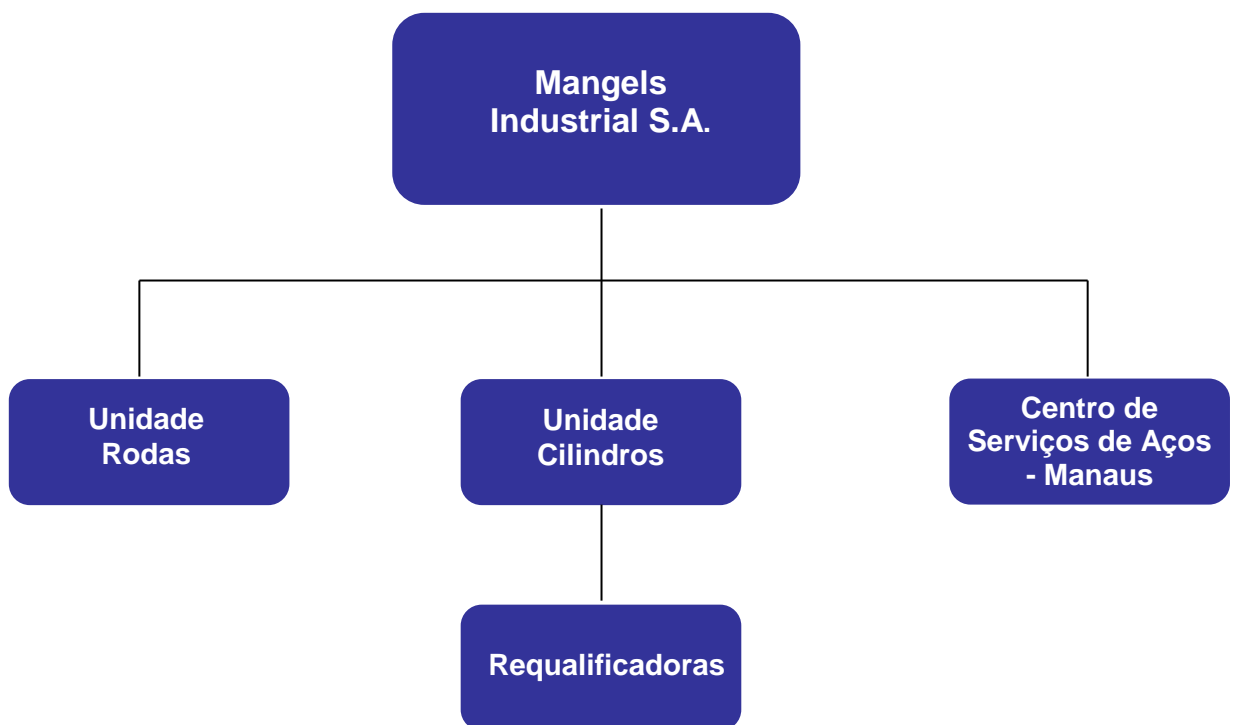
6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia julgue relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Unidade Rodas:** Situada em Três Corações (MG);
- **Unidade Cilindros:** Situada em Três Corações (MG).
- **Centro de Serviços de Aços:** Instalado em Manaus (AM);



7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A Companhia não se enquadra como sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

- *Unidade Rodas:* a fábrica produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- *Cilindros:* a fábrica é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados em formato de eixo “V” para automóveis.
- *Centro de Serviços de Aços:* o segmento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido.

A tabela abaixo apresenta as informações por segmento da Companhia, destacando a participação de cada um na receita líquida e no lucro líquido:

	2017 (em milhares de R\$)			
	Rodas	Cilindros	Aços - Manaus	Consolidado
Receita operacional líquida	228.552	191.969	25.462	445.983
% do segmento na receita líquida consolidada	51%	43%	6%	100%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ⁽ⁱ⁾	(21.850)	(1.941)	1.716	(22.075)
% do segmento na lucro líquido consolidado	99%	9%	-8%	100%

⁽ⁱ⁾ sem efeito "PERT" (10.1.h)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Rodas

O processo padrão para fabricação de alumínio envolve:

- Fundição
- Usinagem
- Acabamento
- Embalagem

Cilindros

- Botijões novos (Recipientes para acondicionamento de GLP)
Material utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, tratamento térmico, pintura e teste do produto.
- Requalificação de Botijões:
Processo: serviços de inspeção, troca de alça e base, repintura e fixação de selo para revalidação de botijões.

Este serviço é uma exigência legal da Agência Nacional do Petróleo para Botijões, onde todo novo botijão deve voltar para requalificação após 15 anos de vida e depois de 10 em 10 anos consecutivamente.

- Tanques de ar para sistema de freio de caminhões e ônibus para montadoras.
Material Utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, teste e pintura.

Centro de serviços de aços – Manaus

Os processos de corte circular, recorte e aplainamento, atendem à exigentes especificações e seu moderno sistema de controle de produção oferece lead-time mínimo e garantia de entrega.

b. Características do processo de distribuição

Rodas

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Cilindros

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Centro de serviços de aços – Manaus

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. participação em cada um dos mercados

Rodas

Mercado nacional: 86%

Exportação: 14%

Cilindros

Mercado nacional: 92%

Exportação: 8%

Centro de serviços de aços – Manaus

Mercado Nacional: 100%

d. Eventual sazonalidade

Rodas

Em 2017, a redução de 4% da receita líquida quando comparado ao exercício anterior, 2016, se deve ao nível econômico do alumínio, principal matéria prima utilizada e a desvalorização do dólar frente ao real, impactando as exportações.

Cilindros

O desempenho das operações da unidade de negócios de Cilindros, sofre reflexos das empresas que atuam no setor de GLP e do mercado de veículos pesados.

Em 2017, no setor de GLP, houve aumento na demanda de botijões novos e redução nos serviços de requalificação, quando comparado ao exercício anterior.

O mercado de veículos pesados, após sucessivas quedas de produção, apresentou um aumento de 30,9%, comparado ao exercício anterior, impactando diretamente nas vendas de tanques de ar para caminhões e ônibus.

Centro de serviços de aços – Manaus

O desempenho das operações da unidade de negócios de Aços, sofre influências das indústrias de motocicletas e automóveis leves.

O principal fator para esse crescimento foi o aumento no volume de vendas de eixos para automóveis, enquanto que o mercado de motocicletas se manteve estável com os mesmos volumes do ano anterior, ainda sofrendo o impacto das restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos e matérias primas comprados são: Aço, Alumínio e Zinco, e não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Na compra de Aço a relação com os fornecedores é de longo prazo e as Usinas no Brasil não negociam contratos formais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Para a compra de nossa matéria prima e insumo, existem poucos e grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com conseqüente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental

iii. eventual volatilidade em seus preços

Na compra de Aço, os preços acompanham movimentos internacionais da commodity, já os preços do Alumínio, acompanham movimentos internacionais estabelecidos pela London Metal Exchange – LME.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do cliente****b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

<u>Cliente</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>% Receita líquida total</u>	<u>Segmento operacional</u>
Grupo Honda	83.736	19%	Rodas
Grupo Ultra	43.099	10%	Cilindros
Demais clientes	319.148	72%	-
Receita operacional líquida	445.983	100%	

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Centro de serviços de aços - Manaus

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (IPAAM, SUFRAMA), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura de Manaus e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Mangels, por meio das Unidades de Rodas e Aços (Três Corações – MG), compromete-se com a seguinte Política:

- Fornecer produtos com qualidade, preço e prazo competitivos, de forma ética e atender a todos os requisitos aplicáveis aos produtos e seus processos de manufatura;
- Assegurar a parceria com clietes e fornecedores;
- Prevenir a poluição, minimizando ou controlando o consumo de recursos naturais, as emissões atmosféricas, o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos;
- Prevenir acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos colaboradores e contratados;
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho e na comunidade
- Garantir o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Atender à legislação e outros requisitos aplicáveis aos seus Aspectos Ambientais, Saúde & Segurança e Responsabilidade Social;
- Melhorar continuamente a eficácia do sistema de Gestão Integrada.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Política de Gestão Integrada em atendimento aos requisitos da Norma ISO 14001 / OHSAS 18001.

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

Centro de serviços de Aços - Manaus

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

O quadro abaixo demonstra a receita operacional nos mercados interno e externo, por unidade de negócio e sua participação na receita líquida total da Companhia no exercício de 2017.

	2017				
	Cilindros	Rodas	Centro de serviços de Aços - Manaus	Total	% ROL
Mercado Interno	180.010	196.260	35.766	412.036	92%
Mercado Externo (América do Sul e Central)	1.655	32.292	-	33.947	8%
	<u>181.665</u>	<u>228.552</u>	<u>35.766</u>	<u>445.983</u>	<u>100%</u>

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia esta sujeita a legislação específica de cada país onde atua com os riscos relativos de cada operação internacional, incluindo regulamentações.

7.8 - Políticas socioambientais

- a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Compromisso com a sustentabilidade é um valor importante para a Mangels. Estamos profundamente preocupados com a necessidade de preservar o meio ambiente, garantir a segurança dos nossos associados e proporcionar uma maior qualidade de vida para todos através de atividades socialmente responsáveis, não só no local de trabalho, mas também nas comunidades mais amplas que servimos. A sustentabilidade, portanto, é fundamental, abrange tudo, desde as práticas de negócios até as tecnologias utilizadas na fabricação de nossos produtos. Comprometemo-nos a respeitar a integridade do meio ambiente, dos nossos colaboradores e das comunidades que nos acolhem.

A Mangels também busca incentivar práticas sustentáveis entre nossos clientes e fornecedores. Isso inclui a participação em prêmios de sustentabilidade, visando melhorar os ambientes naturais e sociais no local de trabalho de uma forma que incentive nossos associados no uso consciente dos recursos.

Social

A Mangels demonstra o cuidado com as questões sociais e do bem-estar dos colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas. Além disso, estamos engajados e envolvidos com as comunidades do entorno e promovemos ações sociais, como realização anual da campanha do agasalho, doação mensal de cestas básicas para entidade carente, na cidade de Três Corações.

Além disso estamos trabalhando na implantação de Projetos de Voluntariado e Projeto de Escola de Formação Mangels que tem como objetivo, capacitar e desenvolver jovens para o mercado de trabalho, por meio de aulas teóricas e vivências práticas na empresa, contribuindo para inclusão social, melhoria na qualidade de vida e o início das suas formações profissionais.

Meio ambiente

A Mangels possui uma gestão voltada para a preservação ambiental. É certificada pela ISO 14001:2015 buscando continuamente desenvolver ações no dia a dia que permitam evitar possíveis impactos ambientais. A Mangels busca, ainda, reduzir constantemente a geração de efluentes líquidos e de resíduos, assim como o consumo de energia e de água, reafirmando assim o compromisso com as novas gerações e com um planeta mais sustentável. A empresa comemora o dia mundial da água no dia 22 de março e o dia mundial do Meio Ambiente no dia 05 de junho. A empresa também promove algumas campanhas ecológicas como recolhimento de medicamentos vencidos, recolhimento de pilhas e baterias usadas e óleo vegetal usado, visando a destinação ambientalmente correta.

Segurança

Segurança é compromisso e responsabilidade que a Mangels renova diariamente, e a segurança nos processos e a proteção às pessoas são objetivos comuns em todos os negócios da Empresa. Atualmente a empresa faz o Gerenciamento das ações de Segurança com a implementação do Comitê de Segurança, isso é, nas reuniões de Diretoria a segurança tem uma agenda prioritária onde são reportados os indicadores, análise e investigação de incidentes. Diariamente nas reuniões de produção a primeira atividade e obrigatória é o report de um assunto da área de segurança, sendo a mesma realizada por um gestor conforme cronograma afixado na sala de reunião. Além destas

7.8 - Políticas socioambientais

ações a empresa possui uma Campanha específica com a finalidade de motivar os colaboradores na busca da conscientização (Rally de Segurança).

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As informações estão disponíveis no site da Companhia:
www.mangels.com.br

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Campanhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Todas as informações relevantes estão mencionadas no item 9.1 (a), 9.1 (b) e 9.1 (c).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENO COM AREA = 404.399,00 M2 - CILINDROS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE CILINDROS E TANQUES	Brasil	MG	Três Corações	Própria
MAQUINA P/ESMAGAR PART.ALUMINIO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
INSTRUMENTO P/ FUSAO DE CAVACOS HIRARO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO SECADOR MOD. IDEX	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO TIPO POCO FUNCAO TRATAMENTO TERMICO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
LINHA DE PINTURA AUTOMATICA RODAS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO DE NORMALIZACAO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO TRATAMENTO TERMICO CONTINUO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
CENTRO DE USINAGEM - CILINDROS	Brasil	MG	Três Corações	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existiam ativos intangíveis relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	51,957656	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	2.255.202,84		
31/12/2016	130,682335	0,000000	0,00					
31/12/2015	139,602782	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 18/10/2010 com a finalidade de atuar no setor de destroca de vasilhames de gás liquefeito de petróleo (GLP).								
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Produção de artefatos estampados de metal	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	-7,584863	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	26.056.303,82		
31/12/2016	-5,262846	0,000000	0,00					
31/12/2015	3,077502	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa constituída em 29/11/2006 com a finalidade de abrigar uma fábrica na Zona Franca de Manaus, p/ fabricação e comercialização de artefatos de ferro e aço, assim como peças para industria automobilistica.								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

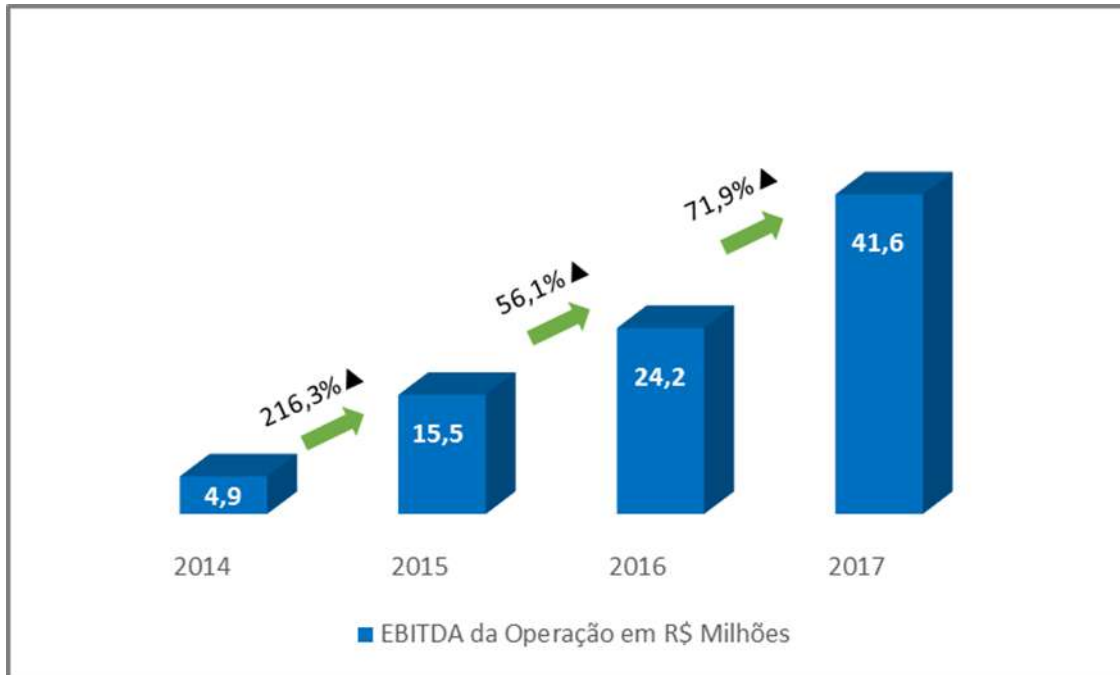
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

2017

DESTAQUE:

EVOLUÇÃO DO EBITDA DA OPERAÇÃO



Essa excelente evolução do EBITDA que aumentou de R\$ 24,2 em 2016 para R\$ 41,6 em 2017, ou seja, mais de 70% de variação, é fruto de um bem-sucedido trabalho de reestruturação, iniciado em 2013 que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Em março de 2017, foi decretada a saída da Mangels do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES que levaram a ações como, por exemplo: implantação de controles rígidos, substituição de executivos, comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, redefinição do negócio principal, mudanças estruturais, melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade, redução de custos e controle efetivo do caixa.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Mangels implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos, através de mudança cultural.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e na implantação de células de usinagem robotizada.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1º opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: transparência, coragem, humildade e confiança.

CENÁRIO ECONÔMICO - 2017

No ambiente internacional, a atividade econômica global está se recuperando com melhoras nos investimentos, manufatura e comércio. O crescimento mundial aumentou de 3,2% em 2016 para 3,7% em 2017, conforme indicadores da economia real e projetada, divulgados em janeiro de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional.

As regiões mais desenvolvidas do mundo tiveram crescimento acentuado. Na Zona do Euro, o PIB de 2017 atingiu um crescimento de 2,4% contra 1,8% de 2016 e nos Estados Unidos o crescimento para o mesmo período foi de 2,3% contra 1,5% de 2016.

Na China, o resultado de 2017 do PIB foi de 6,8%, o que reforça a estabilização da economia Chinesa verificada em 2016 que foi de 6,7%.

Internamente o mercado financeiro trabalha com a expectativa de juros estáveis, mas ainda existe muita dificuldade no controle das contas públicas. O baixo crescimento da atividade econômica em alguns setores da economia, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo está comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando a reforma da Previdência e a redução da participação acionária do Governo em algumas empresas.

O Brasil está saindo de uma profunda recessão o que é demonstrado no PIB de 2017 que foi um crescimento de 1,1% contra -3,5% de 2016.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Foi sinalizado através do boletim Focus base fevereiro de 2018, um aumento no índice de crescimento de 2,89% do PIB em 2018, isso se deve a boa expectativa de melhora da atividade econômica em alguns setores da economia.

A projeção de inflação para 2018 segundo o BACEN é de 3,73% e a estabilização dos juros no patamar de 6,75%. O nível de desemprego continua alto, porém sem aumento.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,10 e R\$ 3,30 este ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na sua última atualização do relatório anual (janeiro de 2018), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção do PIB no Brasil em 2018 aumentando em 1,9%. O Fundo também projetou um crescimento do Brasil de 2,1% em 2019.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial manterá o crescimento de 3,9% em 2018, mantendo a projeção apresentada na última atualização do relatório de novembro de 2017. Isso se deve à estabilização da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões políticas nos principais países de economia forte.

2016

DESTAQUE:

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1ª opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

No ambiente internacional, os mercados estão finalizando as apurações para os fechamentos de 2016 atentos aos riscos políticos que assombram todos os continentes. Indicadores da economia real têm trazido sinais de preocupações. Soma-se evidências de uma melhora mais disseminada da economia global, puxada principalmente pelo desempenho das economias desenvolvidas.

Fatores pontuais da economia nos Estados Unidos apontam para um PIB crescente de 1,6% em 2016. Houve uma acentuada piora de 0,3% da projeção em relação ao indicador divulgado em outubro de 2016 pelo FMI, causada pela alta taxa de desemprego.

Na China, o resultado projetado do PIB do quarto trimestre reforça a estabilização da economia verificada neste ano, acumulando quatro trimestres seguidos com expansão acima de 6%. Assim, a meta de crescimento de 6,7% do PIB poderá até ser cumprida em 2016.

Internamente os juros continuam em patamares elevados, há dificuldade de controle das contas públicas. A baixa atividade econômica, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo ficou comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando as reformas da Previdência e do Trabalho. O PIB projetado para fechar 2016 é uma retração de -3,5%.

As atividades da Companhia estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, sendo que a queda de atividade destes setores teve forte influência na Companhia e especialmente no PIB nacional. Vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas no ano de 2016, tiveram queda de 11%, 17,5% e 30%, respectivamente em comparação ao ano anterior.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Foi sinalizada através do boletim Focus, base Março de 2017, crescimento de 0,48% do PIB para 2017. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 4,62% e a queda dos juros. Já existem poucos sinais de crescimento, inflação em queda e corte dos juros, tentam frear o aumento do desemprego no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,10 e R\$3,30 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (janeiro de 2017), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção do PIB no Brasil em 2017, reduzindo para 0,2%, sendo este o pior

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

resultado da lista dos principais países do relatório anual atualizado. O Fundo manteve a estimativa de crescimento do Brasil em 2018, para 1,5%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial manterá o crescimento de 3,4% em 2017, abaixo da projeção apresentada na última atualização do relatório de novembro de 2016. Isso se deve à desaceleração da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões políticas nos principais países de economia forte.

Com o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia terá a oportunidade de expandir o mercado de rodas de alumínio para o setor automotivo, visto que por determinação de suas matrizes algumas montadoras não podem desenvolver projetos com empresas nesta situação, bem como melhorar seu fluxo de caixa através de negociações de prazos e novos limites de crédito com fornecedores.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

No segmento de aço plano, a Companhia fornece rolos e “blanks” através de sua fábrica em Manaus para a fábrica de motocicletas da Honda, na mesma cidade. Na fábrica de Três Corações-MG, a Mangels fábrica eixo em “V” para determinados modelos de automóveis da Volkswagen.

Ao longo de 88 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções pessimistas na economia brasileira em 2017, a Mangels ciente dos seus desafios, pretende manter o foco na redução de despesas e custos, equilibrando a operação de forma a garantir eficiência no caixa e na sua rentabilidade.

2015

Em 2015 o Brasil enfrentou cenários econômicos desafiadores, tanto no ambiente internacional como no interno.

No ambiente internacional, a queda dos preços das commodities e a desaceleração da economia chinesa contribuíram de forma negativa, afetando os setores predominantemente exportadores da economia brasileira. Somando-se a isso, a política monetária dos Estados Unidos, de alta dos juros, também contribuiu para aumentar a preocupação do Brasil e de demais países quanto à possível fuga de capitais em direção aos EUA, bem como volatilidade da economia global.

No ambiente interno, a política econômica dos últimos anos foi pautada por uma política expansionista através de redução de impostos, congelamento de preços e o consequente déficit primário nas contas do governo, o que provocou muita incerteza quanto ao controle da inflação, provocando, inclusive a desvalorização do Real de 46,6% frente ao Dólar. E para combater a inflação decorrente destas políticas, o Banco Central foi obrigado a iniciar uma forte escalada de juros SELIC a partir de 2013, sendo que os mesmos, que estavam em 7,25% em abril daquele ano, chegaram a 14,25% a partir de julho de 2015, estando neste mesmo nível até hoje. A consequência destas medidas foi uma forte freada do ritmo da economia brasileira, principalmente no setor automobilístico, tendo como consequência muitas demissões, alta do desemprego, e redução da atividade econômica em geral. Estes fatores, portanto, criaram um cenário de grande incerteza, tanto nas decisões de investimento pelas empresas, como nos consumidores, com medo de gastar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A lentidão da economia, a queda da demanda, os juros em patamares elevados, a dificuldade de controle das contas públicas e um cenário de alta da inflação, foram importantes fatores de compressão da rentabilidade das empresas. Com as empresas lucrando menos, a arrecadação do governo ficou comprometida, mesmo diante da urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional. E para atingir a meta de superávit primário de 2015, o Governo anunciou cortes em várias pastas do orçamento Federal e aumento de impostos, sem sucesso, o que deverá provocar efeitos negativos sobre a atividade econômica em 2016.

As atividades da Mangels estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, e a forte queda de atividade dos mesmos teve forte influência na Empresa e especialmente no PIB nacional, sendo que vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas tiveram queda de vendas de 22%, 45% e 17%, respectivamente, no ano de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O número de recuperações judiciais deferidas em todo o Brasil em 2015 foi de 1.044 registros, número 56% maior do que o registrado em 2014, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. O resultado divulgado de 2015 é o maior para o acumulado anual, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005.

Em 1º de novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. De acordo com o Plano para 2016, o pagamento de R\$43 milhões já está programado em nosso fluxo de pagamentos a credores.

PERSPECTIVAS PARA 2016

Foi sinalizada através do boletim Focus, base março, retração de 3,5% do PIB para 2016. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 7,97% e a continuidade de juros altos. A conjunção da falta de crescimento, alta da inflação e juros elevados, sinaliza um preocupante cenário para os negócios, com uma acentuada consequência de redução dos empregos no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central, não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,50 e R\$4,00 este ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na sua última atualização do relatório anual (fevereiro de 2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção de queda do PIB no Brasil em 2016, alterando-a de -2,5% para -3,8%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual. O Fundo também reduziu a estimativa de crescimento do Brasil em 2017, de 0,5%, para 0%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial crescerá 3,4% em 2016, projeção igual àquela estimada no relatório atualizado de outubro de 2015. Isso se deve à desaceleração e desequilíbrio da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões em algumas das grandes economias emergentes.

Para a Mangels, o ano de 2016 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios. A Companhia continua envidando esforços para implementar as etapas do Plano de Recuperação Judicial, detalhado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e divulgadas em 31 de março de 2015.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e na condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

Com relação ao segmento de aço, na qual a Companhia está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local da Honda, a maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 87 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções de queda da economia brasileira em 2016, a Mangels pretende, no mínimo, repetir os volumes de 2015, e buscará o crescimento em 2016.

A despeito do cenário macroeconômico não favorável, a Companhia está ciente dos seus desafios e está confiante na retomada da lucratividade e a sua recuperação.

b. Estrutura de capital

Não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 2016 e 2017 está demonstrada abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	22,6	43,1	31,5	1,4	1,5	1,5	1,6	1,4
Longo Prazo	531,5	485,4	496,9	534	537,5	555,3	553,5	567,1
	554,1	528,5	528,4	535,4	539,0	556,8	555,1	568,5
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de caixa	37,4	34,9	40,8	30,1	37,5	52,3	50,8	40,6
Títulos e valores mobiliários	3,0	4,0	2,8	3,8	2,3	2,4	2,4	2,4
	40,4	38,9	43,6	33,9	39,8	54,7	53,2	43,0
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	513,7	489,6	484,8	501,5	499,2	502,1	501,9	525,5

O endividamento líquido da Companhia permanece estável, apesar das oscilações da taxa R\$/dólar. As provisões dos pagamentos de juros aumentaram a dívida bruta em 31 de dezembro de 2017 em relação a dezembro de 2016, porém a Companhia teve também um aumento nas disponibilidades devido ao crescimento do faturamento bruto.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:**i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A Companhia possui contratos de empréstimos mais relevantes com os bancos DEG, FMO, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Endividamento		
Moeda nacional	263.349	277.689
Moeda estrangeira	305.090	257.709
	568.439	535.398

Abaixo segue demonstrado o saldo da dívida por data de vencimento:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ano	Consolidado
	31/12/2017
2017	-
2018	1.381
2019	7.750
2020	12.176
2021	13.514
2022	27.997
2023	36.691
2024	108.848
2025	22.200
2026	335.958
2027 em diante	1.924
	568.439

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1.(f).(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Referente a distribuição de dividendos, de acordo com o item 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas não distribuirão lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de resultado nos exercícios de 2017 x 2016 x 2015 (em R\$ mil)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Receita operacional líquida	445.983	427.533	427.477	18.450	56
Custo dos produtos e serviços vendidos	(388.877)	(382.243)	(393.782)	(6.634)	11.539
Lucro operacional bruto	57.106	45.290	33.695	11.816	11.595
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(7.698)	(7.662)	(9.767)	(36)	2.105
Gerais e administrativas	(31.299)	(34.040)	(32.918)	2.741	(1.122)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.230)	1.672	4.368	(7.902)	(2.696)
	(45.227)	(40.030)	(38.317)	(5.197)	(1.713)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	11.879	5.260	(4.622)	6.619	9.882
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	2.922	2.714	4.390	208	(1.676)
Despesas financeiras	(45.206)	(50.234)	(46.782)	5.028	(3.452)
Variações monetárias e cambiais	(3.348)	47.253	(95.347)	(50.601)	142.600
	(45.632)	(267)	(137.739)	(45.365)	137.472
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.753)	4.993	(142.361)	(38.746)	147.354
Imposto de renda e contribuição social	9.434	(395)	(1.277)	9.829	882
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(24.319)	4.598	(143.638)	(28.917)	148.236

Análise do resultado consolidado - Exercício 2017 x 2016

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1T17	2T17	3T17	4T17	2017	1T16	2T16	3T16	4T16	2016
Receita Bruta	147,1	150,3	139,3	127,1	563,8	151,5	141,5	131,3	111,3	535,6
Receita Líquida	115,6	118,9	112,7	98,8	446,0	123,1	113,2	103,8	87,4	427,5
Mercado Interno	109,4	109,2	104,9	88,6	412,1	112,0	98,5	96,9	82,4	389,8
Mercado Externo	6,2	9,7	7,8	10,2	33,9	11,1	14,7	6,9	5,0	37,7
CPV	(103,6)	(104,9)	(97,8)	(82,6)	(388,9)	(110,0)	(99,3)	(93,4)	(79,5)	(382,2)
Lucro Bruto	12,0	14,0	14,9	16,2	57,1	13,1	13,9	10,4	7,9	45,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>10,4%</i>	<i>11,8%</i>	<i>13,2%</i>	<i>16,4%</i>	<i>12,8%</i>	<i>10,6%</i>	<i>12,3%</i>	<i>10,0%</i>	<i>9,0%</i>	<i>10,6%</i>
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,1)	(9,9)	(9,5)	(9,5)	(39,0)	(10,7)	(10,1)	(10,2)	(10,7)	(41,7)
Outras receitas (despesas)	1,8	(0,3)	3,0	(0,2)	4,3	2,0	(0,1)	1,7	(1,9)	1,7
Lucro (Prejuízo) Operacional	3,7	3,8	8,4	6,5	22,4	4,4	3,7	1,9	(4,7)	5,3
Resultado Financeiro	(4,6)	(21,0)	0,5	(19,4)	(44,5)	15,5	13,1	(15,5)	(13,4)	(0,3)
Despesa Financeira	(12,3)	(11,7)	(10,5)	(9,6)	(44,1)	(11,8)	(11,8)	(13,3)	(13,3)	(50,2)
Receita Financeira	1,0	0,7	0,9	0,3	2,9	0,8	0,6	0,4	0,8	2,6
Variação cambial líquida	6,7	(10,0)	10,1	(10,1)	(3,3)	26,5	24,3	(2,6)	(0,9)	47,3
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(0,9)	(17,2)	8,9	(12,9)	(22,1)	19,9	16,8	(13,6)	(18,1)	5,0
Imposto de renda e contribuição social	(0,1)	(0,1)	(0,2)	(0,5)	(0,9)	-	(3,8)	3,6	(0,2)	(0,4)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(1,0)	(17,3)	8,7	(13,4)	(23,0)	19,9	13,0	(10,0)	(18,3)	4,6
EBITDA	8,7	8,8	13,5	10,6	41,6	9,2	8,4	6,3	0,3	24,2

As **vendas brutas consolidadas** da Companhia no 4º trimestre de 2017 tiveram um aumento de 14,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e 5,3% no acumulado do ano de 2017, também em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da retomada da economia dos principais segmentos onde a Mangels atua.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As **vendas líquidas consolidadas** de R\$ 98,8 milhões no 4º trimestre de 2017 tiveram um aumento de 13% em relação aos R\$ 87,4 milhões do mesmo período de 2016, enquanto que no acumulado no ano de 2017 tivemos também um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **lucro bruto consolidado** alcançou R\$ 16,2 milhões no 4º trimestre de 2017, representando um aumento de 105% comparado com os R\$ 7,9 do mesmo período do ano anterior. Enquanto que no acumulado do ano de 2017 chegamos aos R\$ 57,1 milhões e aumento de 26% em comparação com os R\$ 45,3 do mesmo período do ano anterior. Com esses valores temos a margem bruta de 12,8%, maior que os 10,6% do mesmo período de 2016. Este desempenho foi possível graças às ações de reestruturação da fábrica que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação e melhora na eficiência produtiva.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 39 milhões no acumulado de 2017 e R\$ 41,7 milhões no mesmo período do ano anterior, resultando assim uma redução no valor de R\$ 2,7 milhões, equivalente a 6,5%, fruto da mudança de cultura implementada na Companhia.

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** de R\$ 6,5 milhões no 4º trimestre de 2017, valor muito superior ao prejuízo R\$ 4,7 milhões do mesmo período de 2016 e no acumulado do ano de 2017 R\$ 22,4 milhões, valor superior em 323% quando comparados aos R\$ 5,3 milhões do mesmo período do ano anterior.

O Prejuízo de R\$ 23 milhões em 2017 foi afetado diretamente pela contabilização dos juros e da variação cambial.

Cabe ressaltar que tanto os juros quanto a variação cambial não afetam o caixa da Companhia, pois toda a dívida é de longo prazo.

No mesmo período do ano anterior, tivemos uma variação cambial positiva de R\$ 47,3 milhões, contribuindo diretamente para o lucro de R\$ 4,6 milhões o que também não afeta o caixa da Companhia.

O **EBITDA** do 4º trimestre de 2017 aponta um excelente desempenho alcançando R\$ 10,6 milhões, visto que no mesmo período no ano anterior tivemos R\$ 0,3 milhões. No acumulado no ano de 2017 chegamos à R\$ 41,6 milhões, versus os R\$ 24,2 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, isso significa um representativo aumento de 72%.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e da dívida negociada, e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Companhia.

EFEITOS DO PERT NO DESEMPENHO CONSOLIDADO

Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”)

A Companhia, com base na Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017 e a nº 798 de 31 de agosto de 2017, convertida em Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (“RFB”) nº 1711, de 16 de junho de 2017 (alterada pelas Instruções Normativas nº 1733 de 31 de agosto de 2017, nº 1748 de 29 de setembro de 2017, nº 1752 de 25 de outubro de 2017, nº 1754 de 31 de outubro de 2017 e nº 1762 de 21 de novembro de 2017) e pela portaria nº 690 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), de 29 de junho de 2017,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sendo alterada pela portaria nº 1.032 de 25 de outubro de 2017 decidiu aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”),

Adicionalmente, a Companhia aderiu ao PERT na modalidade liquidação da entrada sem reduções em cinco parcelas, agosto a dezembro de 2017, e o saldo por meio de compensação de prejuízos fiscais e base negativa.

O valor nominal dos débitos incluídos no PERT foi de R\$ 24,3 milhões, sendo efetuado no exercício, o pagamento da entrada equivalente a R\$ 1,3 milhões. Considerando o efeito líquido entre os débitos aderidos no PERT, incluindo as reduções previstas pelo programa (multa e juros), a Companhia apurou um impacto negativo contabilizado no prejuízo líquido do exercício de R\$ 11,6 milhões, sendo i) R\$ 10,5 milhões na rubrica de outras despesas operacionais (principal e multa); ii) R\$1,1 milhões na rubrica de despesas financeiras (juros do exercício); e, apurou um impacto positivo de R\$ 10,3 milhões pelo registro do crédito tributário “imposto diferido ativo” originado do prejuízo fiscal e base negativa acumulado.

Os efeitos do PERT foram reconhecidos no período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

R\$ Milhões	2017	PERT	2017 c/ efeito PERT
Receita Bruta	563,8	-	563,8
Receita Líquida	446,0	-	446,0
Mercado Interno	412,1	-	412,1
Mercado Externo	33,9	-	33,9
CPV	(388,9)	-	(388,9)
Lucro Bruto	57,1	-	57,1
<i>Margem Bruta</i>	<i>12,8%</i>		<i>12,8%</i>
Despesas (receitas) operacionais			
Vendas, adm. e gerais	(39,0)	-	(39,0)
Outras receitas (despesas)	4,3	(10,5)	(6,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	22,4	(10,5)	11,9
Resultado Financeiro	(44,5)	(1,1)	(45,6)
Despesa Financeira	(44,1)	(1,1)	(45,2)
Receita Financeira	2,9	-	2,9
Variação cambial líquida	(3,3)	-	(3,3)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(22,1)	(11,6)	(33,7)
Imposto de renda e contribuição social	(0,9)	10,3	9,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(23,0)	(1,3)	(24,3)
EBITDA	41,6	-	31,1

Análise do resultado consolidado - Exercício 2016 x 2015

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	2016	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta	151,5	141,5	131,3	111,3	535,6	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1
Receita Líquida	123,1	113,2	103,8	87,4	427,5	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5
Mercado Interno	112,0	98,5	96,9	82,4	389,8	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5
Mercado Externo	11,1	14,7	6,9	5,0	37,7	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0
CPV	(110,0)	(99,3)	(93,4)	(79,5)	(382,2)	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)
Lucro Bruto	13,1	13,9	10,4	7,9	45,3	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>10,6%</i>	<i>12,3%</i>	<i>10,0%</i>	<i>9,0%</i>	<i>10,6%</i>	<i>0,6%</i>	<i>14,5%</i>	<i>10,4%</i>	<i>5,5%</i>	<i>7,9%</i>
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,7)	(10,1)	(10,2)	(10,7)	(41,7)	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)
Outras receitas (despesas)	2,0	(0,1)	1,7	(1,9)	1,7	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4
Lucro (Prejuízo) Operacional	4,4	3,7	1,9	(4,7)	5,3	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)
Resultado Financeiro	15,5	13,1	(15,5)	(13,4)	(0,3)	(50,7)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)
Despesa Financeira	(11,8)	(11,8)	(13,3)	(13,3)	(50,2)	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)
Receita Financeira	0,8	0,6	0,4	0,8	2,6	0,42	1,9	0,8	1,3	4,4
Variação cambial líquida	26,5	24,3	(2,6)	(0,9)	47,3	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19,9	16,8	(13,6)	(18,1)	5,0	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)
Imposto de renda e contribuição social	-	(3,8)	3,6	(0,2)	(0,4)	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	19,9	13,0	(10,0)	(18,3)	4,6	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)
EBITDA	9,2	8,4	6,3	0,3	24,2	(4,6)	9,1	5,9	5,1	15,5

As **vendas brutas consolidadas** da Companhia no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, as vendas brutas acumuladas no ano de 2016 ficaram somente 0,5% abaixo do valor do mesmo período do ano anterior, apesar da forte contração dos principais segmentos onde a Mangels atua, conforme citado anteriormente no cenário econômico.

As **vendas líquidas consolidadas** de R\$ 87,4 milhões no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 3,7% em relação aos R\$ 90,8 milhões do mesmo período de 2015. Coincidentemente, o valor acumulado de R\$ 427,5 no ano de 2016 repete o valor do ano anterior se mantendo no mesmo patamar, destaque ao crescimento de 98% das exportações, preponderantemente no mercado de Rodas.

O **lucro bruto consolidado** alcançou R\$ 7,9 milhões no 4º trimestre de 2016, o que contribuiu para um valor expressivo de R\$ 45,3 milhões no valor acumulado no ano de 2016, com 34% de aumento em relação ao mesmo período de 2015, apesar de um faturamento líquido que manteve o mesmo patamar do ano anterior. Isso representa um aumento de 2,7 pontos percentuais na margem bruta chegando em 10,6%. Este desempenho foi possível graças às ações de reestruturação da fábrica que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 41,7 milhões no ano de 2016 e R\$ 42,7 milhões no período do ano anterior, resultando assim em redução no valor acumulado do ano em R\$ 1 milhão, equivalente a 2,3%.

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** de R\$ 5,3 milhões no ano de 2016, em forte contraste ao prejuízo de R\$ 4,6 milhões no mesmo período em 2015.

O **EBITDA** acumulado no ano de 2016 foi de R\$ 24,2 milhões, versus R\$ 15,5 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de R\$ 8,7 milhões, ou seja, 56% superior ao resultado do ano anterior. Esse aumento seria ainda maior se o governo não tivesse alterado o cálculo da desoneração da folha de pagamento para 2016, que prejudicou a maior parte das empresas, principalmente as indústrias.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 0,3 milhões acumulado no ano de 2016 foi irrelevante, frente ao alto valor negativo de R\$ 137,7 milhões verificado no mesmo período do ano anterior. Esta melhoria se deu principalmente pela valorização do Real frente ao Dólar, o que provocou uma diminuição do valor da dívida, devido aos financiamentos em dólar. Este fator provocou, portanto, o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

reconhecimento de R\$ 47,3 milhões de receita de variação cambial, frente à despesa de R\$ 95,2 milhões no ano anterior. Estes valores não afetam o caixa da Companhia no curto prazo, pois praticamente toda a dívida da companhia é de longo prazo.

Portanto, devido às melhorias já mencionadas, **o resultado final consolidado das operações** no ano de 2016 apresentou um lucro de R\$ 4,6 milhões, bastante expressivo se comparado ao prejuízo de R\$ 143,6 milhões no ano anterior.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos exercícios de 2016 x 2015 x 2014 (em R\$ mil)

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIACÃO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	40.481	30.125	35.236	10.356	(5.111)
Títulos e valores mobiliários	2.430	3.784	2.934	(1.354)	850
Contas a receber de clientes	35.405	40.027	32.237	(4.622)	7.790
Estoques	46.283	43.849	58.336	2.434	(14.487)
Tributos a recuperar	7.422	14.723	19.702	(7.301)	(4.979)
Despesas antecipadas	298	1.512	377	(1.214)	1.135
Outros ativos	3.261	7.552	9.302	(4.291)	(1.750)
Total do ativo circulante	135.580	141.572	158.124	(5.992)	(16.552)
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado destinado a venda	60.874	66.998	71.007	(6.124)	(4.009)
Tributos a recuperar	-	-	432	-	(432)
Depósitos judiciais	5.836	10.413	11.244	(4.577)	(831)
Outros ativos	300	288	771	12	(483)
Imobilizado	131.777	140.594	149.528	(8.817)	(8.934)
Intangível	2.330	3.893	6.087	(1.563)	(2.194)
Total do ativo não circulante	201.117	222.186	239.069	(21.069)	(16.883)
TOTAL DO ATIVO	336.697	363.758	397.193	(27.061)	(33.435)
PASSIVO					
PASSIVO	CONSOLIDADO			VARIACÃO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.306	18.880	16.478	(574)	2.402
Empréstimos e financiamentos	1.381	1.403	20.916	(22)	(19.513)
Salários e encargos sociais	14.164	16.394	14.620	(2.230)	1.774
Tributos a recolher	2.102	5.267	2.804	(3.165)	2.463
Tributos parcelados	1.292	1.231	1.004	61	227
Contas a pagar - descontinuidade de negócios	12.018	13.452	21.068	(1.434)	(7.616)
Outros passivos	6.327	5.542	12.788	785	(7.246)
Total do passivo circulante	55.590	62.169	89.678	(6.579)	(27.509)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	11.717	18.137	20.832	(6.420)	(2.695)
Empréstimos e financiamentos	567.058	533.995	550.608	33.063	(16.613)
Provisão para riscos e discussões judiciais	17.536	26.627	26.799	(9.091)	(172)
Tributos parcelados	2.443	9.261	3.067	(6.818)	6.194
Outras contas a pagar	100	6.997	4.235	(6.897)	2.762
Total do passivo não circulante	598.854	595.017	605.541	3.837	(10.524)
TOTAL DO PASSIVO	654.444	657.186	695.219	(2.742)	(38.033)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Resultados abrangentes	10.671	10.491	10.761	180	(270)
Prejuízos acumulados	(499.691)	(475.192)	(480.060)	(24.499)	4.868
Total do patrimônio líquido	(317.747)	(293.428)	(298.026)	(24.319)	4.598
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	336.697	363.758	397.193	(27.061)	(33.435)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do balanço patrimonial consolidado – Exercício 2017 x 2016

Principais contas do Ativo:

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – o aumento de R\$9 milhões em 2017 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente devido ao aumento das disponibilidades em função do crescimento do faturamento bruto.
- ✓ *Contas a receber de clientes* – a redução de R\$4,56 milhões foi em decorrência da diminuição do valor de faturamento de consignado em relação ao ano anterior, nas vendas de cilindros.
- ✓ *Estoques* – o aumento de R\$2,4 milhões em 2017 em relação ao ano de 2016 é decorrente das oscilações do mercado e estratégias de vendas, bem como estoques de segurança.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2017 era de R\$568,5 milhões versus R\$535,4 milhões em 2016, o aumento é decorrente da provisão do pagamento de juros a credores, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial e da variação cambial.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2017 o valor registrado foi de R\$30,0 milhões versus R\$37,0 milhões em 2016, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2017. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	18.880
2018	18.306	5.364
2019	5.372	5.364
2020	3.296	3.462
2021	1.219	1.561
2022	1.219	1.561
2023	611	825
	<u>30.023</u>	<u>37.017</u>

Análise do balanço patrimonial consolidado – Exercício 2016 x 2015

Principais contas do Ativo:

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$5,1 milhões em 2016 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - o aumento de R\$7,8 milhões foi em decorrência da diminuição do valor de faturamento de consignado em relação ao ano anterior, que reflete na conta de estoque como citado abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- ✓ *Estoques* – redução de R\$14,5 milhões em 2016 em relação ao ano de 2015 é decorrente de estoque de consignado com volumes menores que o ano anterior devido as oscilações do mercado e estratégias de vendas.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$1,7 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2016 era de R\$535,4 milhões versus R\$571,5 milhões em 2015, a redução é decorrente do pagamento de juros e principal a credores, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial e da variação cambial.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2016 o valor registrado foi de R\$37,0 milhões versus R\$37,3 milhões em 2015, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2016. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
2017	18.880
2018	5.364
2019	5.364
2020	3.462
2021	1.561
2022	1.561
2023	825
	<u>37.017</u>

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários dos negócios

CILINDROS

R\$ Milhões	1T17	2T17	3T17	4T17	Acumulado 2017	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016
Receita Bruta	68,5	72,6	57,3	44,3	242,7	64,1	59,0	50,4	38,6	212,1
Receita Líquida	51,4	54,8	45,1	30,3	181,6	51,0	45,5	37,8	29,0	163,3
Mercado Interno	51,4	53,2	45,1	30,3	180,0	49,9	43,1	37,9	28,9	159,8
Mercado Externo	-	1,6	-	-	1,6	1,1	2,3	-	-	3,4
CPV	(41,9)	(43,0)	(37,0)	(25,6)	(147,5)	(40,9)	(36,1)	(31,7)	(25,7)	(134,4)
Lucro Bruto	9,5	11,8	8,1	4,7	34,1	10,1	9,4	6,1	3,3	28,9
<i>Margem Bruta</i>	<i>18,5%</i>	<i>21,5%</i>	<i>18,0%</i>	<i>15,5%</i>	<i>18,8%</i>	<i>19,8%</i>	<i>20,7%</i>	<i>16,1%</i>	<i>11,4%</i>	<i>17,7%</i>

As empresas que atuam no setor de GLP aumentaram a sua demanda por botijões novos e, por outro lado, diminuíram a demanda por serviços de requalificação, em relação a 2016.

O mercado de veículos pesados, após sucessivas quedas de produção, apresentou um aumento de 30,9%, comparado ao acumulado no ano de 2017 com o mesmo período de 2016. Esse fator impacta diretamente nas vendas de tanques de ar para caminhões e ônibus.

Desta forma, a receita líquida no 4º trimestre de 2017 atingiu R\$ 30,2 milhões, alcançando 4% de aumento frente ao mesmo período do ano anterior que teve R\$ 29,0 milhões. No acumulado no ano de 2017 atingiu R\$ 181,6 milhões, apresentando aumento de 11% comparado ao mesmo período de 2016.

O lucro bruto no 4º trimestre de 2017 foi R\$ 4,6 milhões registrando um aumento de 39% em relação aos R\$ 3,3 milhões do mesmo período de 2016, enquanto isso no acumulado no ano de 2017 chegamos aos R\$ 34,1 milhões também representando um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma margem bruta de 18,8% frente a 17,7% do mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é devido, principalmente, à maior diluição dos custos fixos da fábrica.

RODAS

R\$ Milhões	1T17	2T17	3T17	4T17	Acumulado 2017	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016
Receita Bruta	69,3	68,4	71,9	72,6	282,2	79,9	74,6	74,3	66,0	294,8
Receita Líquida	55,8	55,5	58,1	59,2	228,6	65,1	60,7	59,8	52,6	238,2
Mercado Interno	49,6	47,4	50,4	48,9	196,3	55,2	48,3	52,8	47,7	204,0
Mercado Externo	6,2	8,1	7,8	10,2	32,3	9,9	12,4	7,0	5,0	34,3
CPV	(53,8)	(54,7)	(52,8)	(49,2)	(210,5)	(61,8)	(56,8)	(56,0)	(48,2)	(222,8)
Lucro Bruto	2,0	0,8	5,3	10,0	18,1	3,3	3,9	3,8	4,4	15,4
<i>Margem Bruta</i>	<i>3,6%</i>	<i>1,4%</i>	<i>9,1%</i>	<i>16,9%</i>	<i>7,9%</i>	<i>5,1%</i>	<i>6,4%</i>	<i>6,4%</i>	<i>8,4%</i>	<i>6,5%</i>

Após a saída da Recuperação Judicial, a Companhia está desenvolvendo novos projetos com montadoras que não atuava anteriormente, com isso espera um aumento na escala de produção e a lucratividade.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Adicionalmente, a Mangels enxerga a renovação do portfólio de carros das principais montadoras no Brasil e Argentina, das quais a Mangels terá participação importante, fruto de nomeações de novos projetos nos últimos 24 meses.

A receita líquida no 4º trimestre de 2017 do negócio de Rodas foi de R\$ 59,2 milhões, 12,6% superior aos R\$ 52,6 milhões do mesmo período de 2016, enquanto que no acumulado a Companhia teve uma redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, essa redução se deve ao nível econômico do alumínio, principal matéria prima e da desvalorização do dólar frente ao real, impactando as exportações.

O lucro bruto no 4º trimestre de 2017 foi de R\$ 10 milhões, 127% superior aos R\$ 4,4 milhões do mesmo período do ano anterior, enquanto que no acumulado do ano de 2017 tivemos R\$ 18,1 milhões, 17,5% maior que os R\$ 15,4 milhões do mesmo período do ano anterior. A margem bruta foi de 7,9% contra 6,5% no mesmo período do ano anterior. A Companhia manteve a estratégia de investir em melhor gestão de produtividade dos equipamentos e dos colaboradores, demonstrando assim uma recuperação da rentabilidade.

A melhora dos indicadores de rodas está relacionada diretamente a eficiência fabril e controle dos custos e despesas.

AÇOS

R\$ Milhões	1T17	2T17	3T17	4T17	Acumulado 2017	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016
Receita Bruta	9,3	9,3	10,2	10,1	38,9	7,5	7,9	6,6	6,6	28,6
Receita Líquida	8,4	8,6	9,4	9,4	35,8	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0
Mercado Interno	8,4	8,6	9,4	9,4	35,8	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0
CPV	(7,9)	(7,2)	(8,1)	(7,7)	(30,9)	(7,2)	(6,5)	(5,6)	(5,8)	(25,1)
Lucro Bruto	0,5	1,4	1,3	1,7	4,9	(0,3)	0,6	0,6	-	0,9
Margem Bruta	6,0%	16,3%	13,8%	18,1%	13,7%	-4,3%	8,5%	9,7%	0,0%	3,5%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels, em Manaus, bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

A receita líquida no 4º trimestre de 2017 de R\$ 9,4 milhões, demonstra o aumento de 62% em relação ao mesmo período do ano anterior e no acumulado no ano de 2017 de R\$ 35,8 milhões, superior aos R\$ 26,0 milhões do mesmo período de 2016, apresentando um aumento de 37,7%.

O principal fator para esse crescimento foi o aumento no volume de vendas de eixos para automóveis, enquanto que o mercado de motocicletas se manteve estável com os mesmos volumes do ano anterior, ainda sofrendo o impacto das restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

Portanto o lucro bruto R\$ 4,9 milhões no acumulado do ano de 2017, representa um significativo aumento em relação aos R\$ 0,9 milhões do mesmo período do ano anterior. Desta maneira nota-se um relevante aumento na margem bruta que foi de 13,7% no acumulado do ano de 2017, contra 3,5% no mesmo período do ano anterior.

- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não se aplica.

- c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Companhia paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**
- b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Mangels.

Instrumentos Financeiros “IFRS 9” – CPC 48

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses. A Companhia não espera mudança relevante na provisão para perdas.

Receita de Contratos com Clientes “IFRS 15” – CPC 47

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2017.

A Companhia atua na venda de rodas e cilindros. Esses bens são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e não existe nenhum serviço atribuído nessa venda.

Venda de bens

A avaliação concluída em 2017, considera que a venda desses bens são a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. O reconhecimento de receita ocorrerá no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Obrigações de garantia

A Companhia fornece garantias para reparos de avarias e devoluções em seus contratos com clientes ao qual são avaliadas e provisionadas com base em perdas históricas, entretanto, o histórico de perdas não são relevantes ao longo dos últimos anos, não havendo a constituição de provisões nos últimos dois exercícios.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como parte de fornecedores e outras contas a pagar.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes sempre que a quantidade de bens adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em outras contas a pagar.

Em resumo, a expectativa é de que não haverá impacto significativo na adoção da IFRS 15.

Operações de arrendamento mercantil “IFRS 16” – CPC 06 “R2”

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas durante o exercício de 2018.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

Relatório sem ressalvas e com ênfase

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

(Nota Explicativa nº 15 – “Empréstimos e financiamentos”)

A Companhia e as controladas possuem empréstimos e financiamentos obtidos junto a Instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a juros e variação cambial.

Esse tema foi considerado uma área de risco e que mereceu nossa atenção, pelo fato dos riscos mais significativos estarem relacionados a exposição cambial, atualização monetária de acordo com as taxas de juros definidas contratualmente, segregação de curto e longo prazo e garantias reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, foram realizados, entre outros procedimentos:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração e monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes;
- Realizamos testes nos contratos vigentes e obtivemos evidências sobre a liquidações realizadas dentro do exercício;
- Confirmamos junto as instituições financeiras os saldos em 31 de dezembro de 2017 e testamos a segregação entre curto e longo prazo;
- Revisamos a devida divulgação nas demonstrações contábeis;
- Testamos as movimentações ocorridas durante o período, captações, amortizações, atualizações etc.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que o processo utilizado para valorização e segregação entre curto e longo prazo dos empréstimos apresentadas nas demonstrações contábeis pela administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento do processo de Recuperação Judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa no.27 – Eventos subsequentes, que descreve o processo de encerramento da Recuperação Judicial a qual a Companhia estava sujeita até 17 de março de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Plano de recuperação judicial

(Conforme notas explicativas 1.1. Recuperação judicial)

A Companhia e as controladas obtiveram a homologação no pedido de recuperação judicial no dia 15 de dezembro de 2014 e em 16 de novembro de 2016 repactuou as condições do plano de recuperação por meio de aditivo. O risco mais significativo em relação ao plano de recuperação judicial está relacionado ao cumprimento de todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes das condições do plano de recuperação judicial, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes do plano de recuperação judicial, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade;
- Testamos a liquidação financeira das obrigações de curto prazo ocorridas dentro do exercício, certificando o cumprimento do fluxo de pagamento estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial;
- Testamos o registro contábil dos efeitos da repactuação do plano realizada em 16 de novembro de 2016;
- Testamos e avaliamos o fluxo de caixa além de premissas e medidas adotadas pela Administração da Companhia, para os próximos doze meses, de forma a checar se a Companhia, com base nas suas operações e nos desembolsos previstos, tem capacidade de honrar referidos passivos, visando a manutenção do equilíbrio financeiro e operacional.

Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

(Nota Explicativa nº 15 – “Empréstimos e financiamentos”)

A Companhia e as controladas possuem empréstimos e financiamentos obtidos junto a Instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a variação cambial e são partes integrantes ao plano de recuperação judicial.

Esse tema foi considerado um PAA, pelo fato dos riscos mais significativos estarem relacionados a exposição cambial, atualização monetária de acordo com as taxas de juros definidas no plano de recuperação judiciais, segregação de curto e longo prazo e garantias reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração e monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes;
- Realizamos testes nos contratos vigentes e obtivemos evidências sobre a liquidações realizadas dentro do exercício;
- Confirmamos junto as instituições financeiras os saldos em 31 de dezembro de 2016.
- Revisamos a devida divulgação nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 143.638 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 480.060 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Conseqüentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ Ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ Receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de

10.5 - Políticas contábeis críticas

Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.

- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

- (b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes).

Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são

10.5 - Políticas contábeis críticas

subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e

10.5 - Políticas contábeis críticas

- c) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com

10.5 - Políticas contábeis críticas

segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na nota explicativa 14.

	Software	Desenvolvimento de sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método amortização utilizado	Linear	Linear

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são

10.5 - Políticas contábeis críticas

considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item das despesas, conforme o caso;
- ✓ Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- ✓ Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializado (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- ✓ Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- ✓ Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- ✓ Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- ✓ Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na nota explicativa nº 23.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fruirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos em 2017:

Foram investidos em 2017 R\$10.215 mil, referente a automação e manutenção das plantas de Rodas e Cilindros.

ii. fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da provisão

A Companhia não divulga valores de projeções, conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/2009.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

c. Premissas da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

d. Valores dos indicadores que são objeto da provisão

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário**

Não se aplica.

- b. Quanto as projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.**

Não se aplica.

- c. Quanto as projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não se aplica.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral e reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

O prazo do mandato do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 do Estatuto Social.

i. se possuem regime interno próprio

Não se aplica.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário

A Companhia não possui.

iii. política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente

A Companhia não possui.

b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria: A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O prazo do mandato da Diretoria é de 01 (um) ano, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários que não sejam da competência da Assembléia Geral, ou do Conselho de Administração.

Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, praticar os seguintes atos: a) a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; b) a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; c) a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; d) a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; e) a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; f) a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; g) a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. Data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e demais informações

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal, e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número.

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2018, e, tem por atribuição: a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia-geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à empresa; e) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa; g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

d. Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração.

Não se aplica.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

Nos termos do art. 124, §1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/1976, as assembleias gerais serão convocadas por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

b. Competências

Compete à assembleia geral: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, os dois últimos se instalados; (iv) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, se instalados; (v) autorizar a emissão de debêntures e partes beneficiárias, (vi) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (viii) autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial, (ix) reformar o estatuto social, e (x) deliberar sobre todas as outras matérias previstas em lei como de competência exclusiva da assembleia geral.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às matérias que serão deliberadas nas assembleias gerais ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Rua José Versolato, n.º 101, conjuntos 91 e 92, Baeta Neves, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09750-730, e nos endereços eletrônicos da Companhia www.mangels.com.br, da CVM www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa www.bmfbovespa.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

Eventuais conflitos de interesses de acionistas serão dirimidos em conformidade com a legislação aplicável.

e. Solicitação de procuradores pela administração para o exercício do direito de voto

A administração da Companhia não realiza pedidos públicos de procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto. Os acionistas que desejarem ser representados nas assembleias deverão atender às formalidades descritas no item “f” abaixo.

f. Formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei n.º 6.404/1976, os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Nos termos do item 7.1.1 do Ofício Circular CVM/SEP/n.º 02/2018, os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não sendo necessário, neste caso, que o procurador constituído seja acionista, administrador, advogado ou instituição financeira.

Todas as procurações outorgadas por acionistas devem possuir firma reconhecida no país de origem.

Não é admitida procuração outorgada por meio eletrônico.

Em conjunto com a via original da procuração, devem ser apresentados:

(i) o comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores à data de realização da respectiva assembleia geral; e

(ii) cópia dos seguintes documentos:

- a) para acionistas pessoas físicas: cópia autenticada do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional legalmente reconhecida como documento de identidade);
- b) para acionistas pessoas jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado, documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do acionista (i.e. ata de eleição dos diretores ou equivalente) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is);
- c) para acionistas fundos de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento, estatuto ou contrato social do seu administrador, contrato de prestação de serviços com o administrador (se este não estiver indicado no regulamento), além de documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do administrador (i.e. ata de eleição dos diretores) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is);
- d) para acionistas estrangeiros pessoas físicas: cópia autenticada do passaporte do acionista; e
- e) para acionistas estrangeiros pessoas jurídicas, fundos ou outras entidades equivalentes: cópia autenticada acompanhada de tradução juramentada para o português do documento constitutivo do acionista e do documento que outorga poderes aos seus representantes legais;

Todos os documentos escritos em língua estrangeira, incluindo as procurações, deverão ser apresentados com a respectiva tradução juramentada para o português, devidamente notariados, consularizados ou apostilados, conforme legislação em vigor.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia poderá enviá-lo por correio, à Rua José Versolato, n.º 101, conjuntos 91 e 92, Baeta Neves, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09750-730, ou por correio eletrônico ao e-mail f.mazzini@mangels.com.br, em atenção do Diretor de Relações com Investidores.

Para que o respectivo boletim de voto à distância seja computado, este deverá ser recebido pela Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência da ocorrência da respectiva assembleia geral, se enviado diretamente pelo acionista.

Para o exercício do direito de voto à distância, o acionista deverá encaminhar os seguintes documentos:

- (i) uma via original do boletim de voto à distância devidamente preenchida, com todas as páginas rubricadas e, ao final, assinada, pelo respectivo acionista ou representante legal, com reconhecimento de firma da assinatura; e
- (ii) cópia dos seguintes documentos:
 - (ii.1) para acionistas pessoas físicas:
 - a) cópia autenticada do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional legalmente reconhecida como documento de identidade); e
 - b) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto à distância.
 - (ii.2) para acionistas pessoas jurídicas:
 - a) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do acionista (i.e. ata de eleição dos diretores ou equivalente e/ou procuração);
 - b) cópia autenticada do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e do procurador, se for o caso; e
 - c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto à distância.
 - (ii.3) para acionistas fundos de investimento:
 - a) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento e do estatuto ou contrato social do seu administrador, do contrato de prestação de serviços com o administrador (se este não estiver indicado no regulamento), além de documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do administrador (i.e. ata de eleição dos diretores e/ou procuração);

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- b) cópia autenticada do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e do procurador, se for o caso; e
 - c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância.
- (ii.4) para acionistas estrangeiros pessoas físicas:
- a) cópia autenticada do passaporte do acionista; e
 - b) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância.
- (ii.5) para acionistas estrangeiros pessoas jurídicas, fundos ou outras entidades equivalentes:
- a) cópia autenticada acompanhada de tradução juramentada para o português do documento constitutivo do acionista e do documento que outorga poderes aos seus representantes legais;
 - b) cópia autenticada do passaporte do(s) representante(s) legal(is); e
 - c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância.

Todas as procurações outorgadas por acionistas devem possuir firma reconhecida no país de origem.

Todos os documentos escritos em língua estrangeira deverão ser apresentados com a respectiva tradução juramentada para o português, devidamente notariados, consularizados ou apostilados, conforme legislação em vigor.

Recebidos os documentos, a Companhia avisará ao acionista acerca do seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas poderão, desde que detenham os percentuais mínimos de participação societária previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM n.º 481/09, solicitar a inclusão no boletim de voto à distância de propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração e conselho fiscal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A referida solicitação deverá ser enviada por meio de correio postal à Rua José Versolato, n.º 101, conjuntos 91 e 92, Baeta Neves, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09750-730, ou por correio eletrônico ao e-mail f.mazzini@mangels.com.br, em atenção ao Diretor de Relações com Investidores.

O prazo para envio da solicitação é de (i) até 45 (quarenta e cinco) dias antes da ocorrência da respectiva assembleia geral ordinária, para inclusão de novas matérias de deliberação; ou (ii) até 25 (vinte e cinco) dias antes da ocorrência da respectiva assembleia geral ordinária, para inclusão de candidatos ao conselho de administração ou conselho fiscal.

As solicitações deverão incluir os seguintes documentos:

- (i) solicitação de inclusão de propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração e conselho fiscal, devidamente assinada pelo acionista ou seu representante legal, com reconhecimento de firma da assinatura; e
- (ii) documento de identificação e comprovante de titularidade de ações descritos no item g, acima, deste Formulário de Referência.

A Companhia elaborará resposta ao acionista ou grupo de acionistas no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação, informando (i) que a inclusão cumpre o disposto na regulamentação vigente e a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto à distância a ser divulgado pela Companhia; ou (ii) os motivos pelos quais tal solicitação não cumpre o disposto na regulamentação vigente, com a indicação dos documentos ou alterações necessárias para a sua retificação.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações a serem prestadas pela Companhia sobre a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Conforme Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração, em sua primeira reunião, designará o Presidente do mesmo órgão e, quando entender necessário, também seu Vice-Presidente, se essas indicações não tiverem sido feitas pela Assembleia Geral.

Os mandatos dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos na AGO realizada em 27/04/18 se encerrarão na Assembleia Geral Ordinária que apreciar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31/12/2018.

O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice - Presidente, ou do Diretor Presidente, com 10 (dez) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. No exercício de 2017, foram realizadas seis reuniões ordinárias.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento o seu Vice-Presidente, usará do voto de qualidade.

Não há acordo de acionistas em vigor que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho.

Eventuais conflitos de interesses de membros do Conselho de Administração serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória no Estatuto Social para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fábio Mazzini		Pertence apenas à Diretoria	27/04/2018	28/04/2019	0
176.893.128-37	Contador	19 - Outros Diretores	28/04/2018		0%
		Diretor Geral e de Finanças, Administração e Relações com Investidores			
Fabiano Lobo de Moraes		Pertence apenas à Diretoria	27/04/2018	28/04/2019	0
157.433.518-99	Administrador e Contador	19 - Outros Diretores	28/04/2018		0%
		Diretor			
Alan Robert Mangels		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	28/04/2019	0
214.810.228-14	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2018		0%
Mark Ross Mangels		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	28/04/2019	0
939.718.428-87	Engenheiro Mecânico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	28/04/2018	Sim	0%
Susan Jane Mangels Cox		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	28/04/2019	0
011.652.288-74	Professora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2018	Sim	0%
Robert Max Mangels		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	28/04/2019	0
939.718.508-04	Industrial	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2018	Sim	0%
Antonio Farina		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	28/04/2019	0
064.559.088-64	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2018	Não	0%
Mário Lourenço de Lima		Conselho Fiscal	27/04/2018	28/04/2019	0
257.076.028-52	Engenheiro	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		Não	0%
Julio Flávio Pipolo		Conselho Fiscal	27/04/2018	28/04/2019	0
028.519.238-89	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2018	Sim	0%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Geraldo Vieira dos Santos 446.597.338-15	Contador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2018	28/04/2019 Sim	0 0%
José Alcides Montes Filho 064.676.268-00	Advogado	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2018	28/04/2019 Sim	0 0%
João Ricardo Toledo Saretta 509.407.248-04	Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2018 28/04/2018	28/04/2019 Sim	0 0%
Fabio Luis Talavera Tolin 216.892.958-05	Engenheiro	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	27/04/2018 28/04/2018	28/04/2019 Não	0 0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Fábio Mazzini - 176.893.128-37

Graduado em Ciência Contábeis, MBA em Administração Contábil e Financeira e Strategy and Business Innovation Program na Wharton Business School. Com trajetória profissional construída em empresas como Grupo Comolatti e Grupo Ultra, Mazzini foi contratado como Gerente de Auditoria Interna pela Mangels, sendo posteriormente promovido a C.R.O – Chief Restructuring Officer. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Geral e de Finanças, Administração e Relações com Investidores, estando à frente de todas as áreas da Companhia. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Fabiano Lobo de Moraes - 157.433.518-99

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Com trajetória profissional construída no Grupo Mangels há mais de 21 anos, onde desenvolveu sua carreira dentro da área Financeira, nos departamentos de Tesouraria, Controladoria, Relações com Investidores, Contabilidade e Assuntos Fiscais, ocupou o cargo de Gerente Financeiro até abril de 2018, data em que foi nomeado Diretor da Companhia. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Alan Robert Mangels - 214.810.228-14

Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino Americano (The Lauder Institute – University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (University of Pennsylvania – The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração. Em janeiro de 2017, tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG, cargo ocupado até abril de 2018, data em que se tornou membro do Conselho de Administração. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mark Ross Mangels - 939.718.428-87

Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, ColDEX Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquias Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74

Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – Romênia; English School Fahaheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Ingressou na Mangels em 1978. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono. Ocupou o cargo de Diretor-Presidente durante o período de 1989 a 2015. Exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 1991. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Antonio Farina - 064.559.088-64

Engenheiro graduado pela FEI. Exerceu função comercial na Ferrostal do Brasil, multinacional alemã (1995). Possui experiência no mercado de ações, como analista de investimento, e também como investidor em diversas empresas desde 1990. Foi conselheiro de administração (suplente) na empresa Paranapanema; participa como minoritário nas empresas Paranapanema e Metalúrgica Wetzel. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mário Lourenço de Lima - 257.076.028-52

Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Metodista, com vários cursos e certificações na área. É consultor na área de Tecnologia da Informação em empresa de grande porte. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Julio Flávio Pipolo - 028.519.238-89

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e especialização em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas. Membro do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Geraldo Vieira dos Santos - 446.597.338-15

Contador e Administrador de Empresas, com vários cursos na área de Controladoria. Exerceu vários cargos nas áreas administrativas e financeiras de empresas privadas. É sócio da empresa G.V.S. Consultoria Empresarial e Informática Ltda. Prestando serviços de consultoria em gestão empresarial, organização e métodos; processos e execução de sistemas funcionais e operacionais na GJP Participações S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

José Alcides Montes Filho - 064.676.268-00

Advogado, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, palestrante. É sócio da Peixoto e Cury Advogados.

Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

João Ricardo Toledo Saretta - 509.407.248-04

Contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró, Economista graduado pela Faculdade de Economia Pedro II, com especialização em Direito Tributário pelo CEEU, Finanças Internacionais pela Pace University, MBA pelo IBMEC. Trabalhou em firma internacional de auditoria independente, foi contador geral e depois controller em empresas de capital aberto e desde 1997 ocupa cargos de Direção Administrativa e Financeira em empresas de grande porte. É sócio e administra firma de Consultoria Econômico Financeira. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Fabio Luis Talavera Tolin - 216.892.958-05

Engenheiro de produção mecânica graduado pela Universidade do Grande ABC, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Carreira desenvolvida na área de Engenharia Industrial, com ampla experiência no setor automobilístico. É consultor em engenharia industrial e sistema de produção e atualmente atua na área de Consultoria do Sistema de Produção de indústria automobilística. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram instalados comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alan Robert Mangels Conselheiro do Conselho de Administração	214.810.228-14	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.

50.604.750/0001-40

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Tecnopar S.A

53.854.394/0001-01

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Shorewood S.A

05.629.235/0001-60

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tecnopar S.A Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels S.A. Diretora	50.604.750/0001-40		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tecnopar S.A Diretora	53.854.394/0001-01		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S.A Diretora	05.629.235/0001-60		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Conselheira do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels Componentes da Amazonia Ltda.

08.470.524/0001-58

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Susan Jane Mangels Cox

011.652.288-74

Controle

Controlada Direta

Conselheira do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

E Koga & Cia Ltda.

01.538.457/0001-17

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.

50.604.750/0001-40

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tecnopar S.A	53.854.394/0001-01		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S.A	05.629.235/0001-60		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.
Diretor

50.604.750/0001-40

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Tecnopar S.A.
Diretor

53.854.394/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Shorewood S.A.
Diretor

05.629.235/0001-60

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			

Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Mangels S.A. Diretora	50.604.750/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Tecnopar S.A Diretora <u>Observação</u>	53.854.394/0001-01		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S.A Diretora <u>Observação</u>	05.629.235/0001-60		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda. <u>Observação</u>	08.470.524/0001-58		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
E Koga & Cia Ltda. <u>Observação</u>	01.538.457/0001-17		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros e Diretores (D&O), contratado com a seguradora “Fator Seguradora S/A”, pelo período de 28.06.2017 a 28.06.2018.

A cobertura da apólice é limitada às reclamações feitas pela primeira vez contra os segurados, resultante da prática de um ato danoso ou prática trabalhista indevida.

A referida apólice do seguro apresenta especificações, limites e franquias praticadas usualmente no mercado.

12.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da Hay Group, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

– Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro da Mangels para ser considerado elegível.

– No SRV existem 02 indicadores:

- Indicador financeiro Mangels consolidado
- Metas individuais

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, incluindo o 13º salário. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os diretores não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável, conforme Programa descrito no item (b.1) anterior.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2017, 64% corresponde a honorários fixos e 36% a remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e

b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado pela Hay Group.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os administradores são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O indicador financeiro EBTIDA foi o indicador financeiro considerado em 2017, bem como será considerado em 2018, para determinação da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria é suportada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria.

Não se aplica.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.333.224,00	2.174.666,00	256.680,00	3.764.570,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.698.437,00	0,00	1.698.437,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.333.224,00	3.873.103,00	256.680,00	5.463.007,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.833.763,00	2.253.789,00	256.680,00	4.344.232,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.265.586,00	0,00	1.265.586,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.833.763,00	2.253.789,00	256.680,00	5.609.818,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.463.407,00	1.799.454,00	294.720,00	4.557.581,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.228.661,00	0,00	1.228.661,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.463.407,00	3.028.115,00	294.720,00	5.786.242,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	495.000,00	2.292.430,00	370.800,00	3.158.230,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	618.505,00	0,00	618.505,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	495.000,00	2.910.935,00	370.800,00	3.776.735,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Companhia.

Remuneração variável prevista para o exercício de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.698.437	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável no exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.307.085	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração		- -	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
--	--	---	--

Remuneração variável no exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		998.200	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	

Remuneração variável no exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.577.000	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.718.000	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de		-	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
---	--	---	--

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.17		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	24	1.185.104
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	16.666

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em atenção a sentença proferida no processo nº 2010.5101.002888-5, que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, a Companhia deixa de apresentar as informações referidas neste item.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2017	2016	2015
Conselho de Administração	89%	92%	67%
Diretoria	47%	49%	71%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Todos os valores referentes a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram reconhecidos no resultado da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram informadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Unidade Aços - Manaus	14	20	26
Unidade Cilindros (+ requalificadoras)	788	764	776
Unidade Rodas	978	987	1.111
SBC	65	65	73
Total	<u>1.845</u>	<u>1.836</u>	<u>1.986</u>

b. Número de terceirizados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Unidade Aços - Manaus	5	7	9
Unidade Cilindros (+requalificadoras)	104	91	109
Unidade Rodas			
SBC	3	10	13
Total	<u>112</u>	<u>108</u>	<u>131</u>

c. Índice de Rotatividade**Indicadores de RH – Turn Over Geral**

31/12/2017

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	14	788	978	65	1.845
Demissões	-	105	91	-	196
Turn Over Acumulado 2017	0,00%	12,07%	9,06%	0,00%	10,62%

31/12/2016

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	20	764	987	65	1.836
Demissões	-	103	123	3	229
Turn Over Acumulado 2016	0,00%	8,56%	11,06%	1,35%	11,30%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

31/12/2015

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	26	776	1.111	73	1.986
Demissões	3	191	208	8	410
<u>Turn Over Acumulado 2015</u>	<u>11,01%</u>	<u>15,14%</u>	<u>19,11%</u>	<u>11,36%</u>	<u>19,35%</u>

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes já foram informadas no item anterior.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

POLÍTICA DE SALÁRIOS

1. OBJETIVO

Esta política de REMUNERAÇÃO estabelece critérios, responsabilidades e procedimentos referentes a ajustes nos salários, em razão de enquadramento, mérito e promoção, para colaboradores da Mangels.

2. PREMISSAS

A Mangels tem por filosofia remunerar adequadamente seus colaboradores, em todos os níveis. Para tanto, realiza pesquisas salariais periódicas para identificar a real posição salarial dos diversos cargos no mercado, e assim manter sua competitividade no mercado de trabalho e propiciar a satisfação de seus colaboradores.

Os cargos administrativos são acompanhados e utilizam a metodologia HAY. Para as unidades localizadas fora de São Paulo será aplicado um fator de deflação, estabelecido pela Mangels e Hay, visando à adequação dos salários de cada localidade à tabela Hay, que é de abrangência nacional. Os cargos operacionais utilizam pesquisas regionais, tendo em vista a menor mobilidade dos mesmos.

3. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se a todos os colaboradores da Mangels, administrativos e operacionais, inclusive aqueles que ocupam cargos executivos.

4. DEFINIÇÕES

A base é o mercado: Todos os salários da Empresa são fixados e ajustados de acordo com o que o mercado pratica, sendo que todo colaborador deve estar no mínimo a 80% da faixa mínima do seu cargo, exceto nos casos dos colaboradores admitidos ou promovidos há menos de 2 anos. Não é recomendável salários acima de 110% da faixa do respectivo cargo.

- Descrição de Cargo: é o conjunto formado pela descrição das tarefas executadas pelo ocupante do cargo, bem como as suas responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho adequado de sua função;

O gestor é responsável em atualizar as descrições de cargo dos colaboradores de sua equipe de acordo com as funções desempenhadas e de preencher o formulário quando tratar-se de um novo cargo; O RH é responsável pela avaliação do cargo e definição do GS – Grupo Salarial.

- Cargo: é o conjunto de funções substancialmente idênticas quanto à natureza das tarefas executadas e às especificações exigidas dos ocupantes;

- Função: é o agregado de tarefas atribuídas a cada colaborador;

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Avaliação do Cargo: é a valorização da Descrição de Cargo com a conseqüente pontuação, obtida através do “Quadro Guia Hay” (cargos executivos & administrativos) e critério interno de pontuação para cargos operacionais;

É de responsabilidade do RH em conjunto com a Consultoria Hay Group pontuar o cargo conforme Quadro Guia Hay quando se tratar de cargos Executivos e Administrativos e através do Manual Interno de Pontuação para cargos Operacionais. A somatória dos pontos constitui o equilíbrio interno. Quanto maior o seu valor, maior sua importância na estrutura.

- Quadro Guia Hay: são tabelas que analisam e pontuam os três elementos necessários de um cargo: know-how, processo mental e responsabilidade por resultados;

- Pontuação: é valor numérico da avaliação do cargo e traduz o grau de complexidade e importância interna;

- Classificação do Cargo: é a distribuição por grupos ocupacionais, o posicionamento do cargo junto a outros que se assemelham quanto à natureza, importância e valorização. A classificação é definida conforme a pontuação alcançada na avaliação. O cargo é classificado em um dos 20 grupos que constituem a estrutura de cargos da MANGELS.

- Grupo Salarial: é o conjunto homogêneo de cargos, mesmo de natureza diferente, com pontuação semelhante e mesma faixa salarial;

- Faixa Salarial: é o parâmetro salarial para todos os cargos, limitada a valores mínimos (80%) e máximos (120%). Cada grupo corresponde a uma única faixa salarial e são atualizadas conforme pesquisa salarial Hay (para cargos administrativos e executivos) e nas datas de dissídios coletivos (cargos operacionais).

- Pesquisa Salarial: é realizada periodicamente por consultoria externa. Para cargos operacionais participam da pesquisa empresas concorrentes e/ou empresas da região (conforme definição do RH e Diretoria da Divisão). Para cargos administrativos e executivos as empresas fazem parte do mercado Global da Hay.

- Remuneração: é o processo que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos colaboradores.

- Remuneração básica (salário mensal): é o ponto de partida da evolução salarial. Não corresponde necessariamente ao mínimo da faixa, tendo em vista o critério abaixo:

- 80% Início no cargo, baixo domínio da função;
- 90% Médio domínio da função;
- 100% Domínio total da função, atendendo plenamente os requisitos do cargo;
- > 100% Excede aos requisitos do cargo (prontos para promoção)

- Remuneração Variável / Indireta: é a recompensa extra, oferecida aos colaboradores, podendo estar vinculada a metas individuais ou coletivas da empresa. Ex: PLR, Bônus, Comissões, Benefícios, etc.

- Aumento Salarial: é um incremento salarial a qualquer título, alterando-se a base de cálculo, independente de mudanças no cargo;

O aumento salarial é decorrente de enquadramento, promoção ou mérito de um colaborador na respectiva faixa salarial.

O aumento salarial não é compensado nos reajustes coletivos periódicos (acordo coletivo, dissídio, antecipação etc), devendo ser incorporado ao salário;

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O aumento salarial por evolução não implica em alteração do título do cargo ou aquisição de benefícios adicionais.

Não é permitido o aumento salarial no mês de acordo coletivo, seja ele por motivo de enquadramento, promoção ou mérito.

5. DIRETRIZES

5.1. Aumento por Enquadramento:

É um incremento salarial, objetivando que seja atingido o inicial da faixa (80%) de seu grupo salarial correspondente. Este aumento é limitado a 20%, sendo concedidos a cada 4 meses, até que o colaborador esteja enquadrado no mínimo da faixa.

5.2. Aumento por Mérito:

É um incremento salarial, para que o mesmo caminhe nas faixas de 80% à 100% de seu grupo correspondente. Para que ocorra este aumento salarial é necessário que o ocupante apresente aprimoramentos em seus conhecimentos, habilidades e entrega de resultados, destacando-se dos demais ocupantes deste cargo.

O aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 6 meses, nos casos em que o colaborador esteja entre 80% e 100% de sua faixa, e o percentual máximo de aumento é de 15%.

Para os casos em que o colaborador esteja entre 100% e 120% de sua faixa, o aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 12 meses, e o percentual máximo de aumento a ser concedido será de 10%.

Embora as tabelas de salários cheguem até 120% da faixa, a recomendação é que cada gestor administre os salários de sua área, entre 80% e 100%, podendo chegar ao máximo em 110% em casos especiais.

5.3 Promoção:

É a alteração funcional de um colaborador, que implica na sua evolução, de um grupo salarial para outro superior. Ex: GS 6 para GS 7.

A promoção se efetivará a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal.

O Aumento decorrente da promoção poderá ser no máximo de 25%. Após este primeiro aumento, nos casos em que o colaborador ainda permaneça abaixo dos 80% de sua faixa salarial, para que este patamar seja atingido deverá ser observada a regra de ENQUADRAMENTO, acima descrita.

Atingido o grau mínimo (80%) da nova faixa, o desenvolvimento salarial para as demais faixas será idêntico ao praticado pelo Aumento por Mérito.

Caso o colaborador tenha recebido aumento por mérito ou enquadramento em período inferior a 6 meses, este poderá receber outro aumento no momento da promoção, desde que a soma dos dois não ultrapasse 25%.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Toda promoção depende fundamentalmente da existência de uma vaga ou de um processo de senioridade no cargo, visando o crescimento profissional, a valorização e o reconhecimento dos nossos colaboradores, sem qualquer preconceito quanto à raça, religião, sexo e etc.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer promoção deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.4 Admissão

Todo colaborador deverá ser admitido respeitando o limite mínimo de 80% do grupo salarial. Caso haja outros colaboradores com salários inferiores, deverá ser considerado este salário como base para admissão, a fim de respeitar o equilíbrio interno.

Os colaboradores operacionais para as áreas produtivas, deverão preferencialmente ser admitidos com o cargo de Auxiliar de Produção no Grupo Salarial 1 com 85% da faixa salarial.

Após 06 meses este será avaliado pelo superior imediato e se considerado apto, deverá ficar a 90% da faixa salarial

Após 01 ano da admissão, se houver vaga disponível, será elegível a promoção para o cargo de acesso, ficando em 80% da faixa salarial, desde que atenda os requisitos mínimos do cargo, tenha avaliação de desempenho com média mínima de 2,8 e índice de absenteísmo dentro dos objetivos da Empresa.

Caso haja mais de um candidato apto para a promoção será respeitado o critério de pontuação nos requisitos acima.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer admissão deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

5.5 Transferência de Cargo:

Entende-se por transferência, a mudança de um colaborador de um cargo para outro, do mesmo grupo salarial;

Todo e qualquer processo de transferência deve ser previamente autorizado pelas Gerências envolvidas em conjunto com RH, antes de qualquer comunicação ao colaborador em questão;

Não há carência para a efetivação da transferência de cargo, podendo a mesma ocorrer a qualquer tempo, entendendo-se que a mesma só será efetivada a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal;

Não será permitida qualquer transferência de cargo que implique em rebaixamento de grupo salarial, mesmo que se mantenha a situação salarial anterior.

6. PROCEDIMENTO

6.1. Os salários nos casos de admissão ou promoção quando maior do que de um colaborador que seja mais antigo no cargo deverá ser aprovado pelo RH Corporativo juntamente com a Diretoria da Divisão.

6.2. É de extrema importância que todos os reajustes salariais (promoções, enquadramentos, méritos) estejam previstos no ORÇAMENTO ANUAL da empresa (estabelecendo um percentual sobre a folha de pagamento nominal de dezembro, destinada a atender todas estas possíveis alterações).

6.3. Todo e qualquer aumento de salário do grupo EXECUTIVO deverá ter as aprovações da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e do Presidente.

6.4. Para os demais cargos, todo e qualquer aumento salarial deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato) e as aprovações do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e da área de RH local.

6.5. Para qualquer alteração funcional (promoção, transferência, etc), o gestor deverá preencher o formulário: ALTERAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS.

O formulário deverá conter todos os campos devidamente preenchidos e assinaturas / aprovações.

Toda promoção ou transferência de cargo deverá conter avaliação do Médico do Trabalho, dependendo da autorização do mesmo para sua efetivação;

Compete ao gestor, após confirmação do RH, informar o colaborador sobre a alteração.

7. EXCEÇÕES

Eventuais necessidades de práticas divergentes a esta política deverão ter a aprovação do RH Corporativo.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**8. VIGÊNCIA**

A presente política vigorará por prazo indeterminado.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL**SISTEMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL****FINALIDADE**

Formalizar um programa de compensação do desempenho dos executivos dentro do programa de participação nos resultados da empresa.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Presidente, Diretor, Gerente, Supervisores, Coordenador e Especialistas.

DESENHO DO PROGRAMA

O programa é composto por dois campos de análise:

- a. Metas Individuais
- b. Metas Globais

NOMENCLATURA POSIÇÃO	Meta		TARGET SAL
	Financeira Global	Individual	
PRESIDENCIA	60%	40%	10
DIRETORIA	50%	50%	7
GERENCIA	50%	50%	4
SUPERVISÃO	50%	50%	3
COORDENAÇÃO / ESPECIALISTAS I /EXECUTIVOS CTAS	40%	60%	1,5

RESULTADO DAS METAS INDIVIDUAIS

O desempenho do participante será avaliado com base no resultado alcançado nas metas específicas do programa.

Conhecidos os resultados, o desempenho do participante será avaliado de maneira global e classificado na faixa de % correspondente ao atingimento da mesma.

RESULTADO FINANCEIRO DO NEGÓCIO

Na ocasião do encerramento do plano, serão apurados os resultados correspondentes a cada objetivo do Negócio, e calculado EBTIDA GERAL DAS UNIDADES.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

VALOR DO PRÊMIO (PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS)

O valor final do prêmio será a somatória dos valores de Metas Individuais + Metas Globais

PAGAMENTO

O pagamento do valor do prêmio correspondente a este poderá ser pago até o mês de março do ano seguinte, deduzidas as antecipações do PLR.

b. Benefícios

Benefícios	Níveis					
	Oper.	Adm.	Coord.	Sup.	Ger.	Dir.
Assistência Odontológica						
Assistência Médica						
Alimentação						
Transporte						
Seguro de Vida						
Automóveis						
Cesta Básica						
Remuneração Variável						
PLR						
Check up						

= benefícios oferecidos

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

A empresa não adota esse tipo de remuneração aos empregados não administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia goza de um bom relacionamento com os sindicatos.

As negociações buscam o equilíbrio entre os interesses da Companhia e dos colaboradores.

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Antonio Farina						
064.559.088-64		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	300.200	8,080000%	300.200	5,190000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
André Ricardo Beim						
855.768.408-87		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	281.400	7,570000%	281.400	4,870000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Mangels S.A.						
50.604.750/0001-40	Brasileira-SP	Não	Sim	01/06/2016		
Não						
2.065.672	99,920000%	55	0,000000%	2.065.727	35,720000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Robert Max Mangels						
939.718.508-04		Não		Não		
Não						
	24	0,000000%	881.949	23,730000%	881.973	15,250000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Caixa Economica Federal						
00.360.305/0001-04	SP	Não		Não	01/06/2016	
Não						
	0	0,000000%	479.422	12,900000%	479.422	8,290000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
José Antonio Bortoluzzo Neto						
039.819.088-72	Brasileira-SP	Não		Não	01/06/2016	
Não						
	0	0,000000%	400.000	10,760000%	400.000	6,920000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	1.547	0,080000%	1.372.943	36,960000%	1.374.490	23,760000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	2.067.243	100,000000%	3.715.969	100,000000%	5.783.212	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.				50.604.750/0001-40		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000	1.000	0,014000	1.000	0,008000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Tecnopar S.A						
53.854.394/0001-01	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
Não						
5.133.792	100,000000	7.093.000	99,986000	12.226.792	99,992000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
5.133.792	100,000000	7.094.000	100,000000	12.227.792	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Anita Mangels					
Não		Não			
117.002.592	20,682000	0	0,000000	117.002.592	20,682000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel A Chinellato					
Não		Não			
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Raphael A Chinellato					
Não		Não			
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01		
Shorewood S.A						
05.629.235/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
Não						
397.808.796	70,318000	0	0,000000	397.808.796	70,318000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Silvia Regina A Chinellato						
		Não	Não			
Não						
25.457.706	4,500000	0	0,000000	25.457.706	4,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
565.726.800	100,000000	0	0,000000	565.726.800	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60	
Mark Ross Mangels					
939.718.428-87	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Robert Max Mangels					
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,334000	0	0,000000	2.727.955	33,334000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Susan Jane Mangels Cox					
011.652.288-74	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60		
TOTAL						
8.183.865	100,000000	0	0,000000	8.183.865	100,000000	

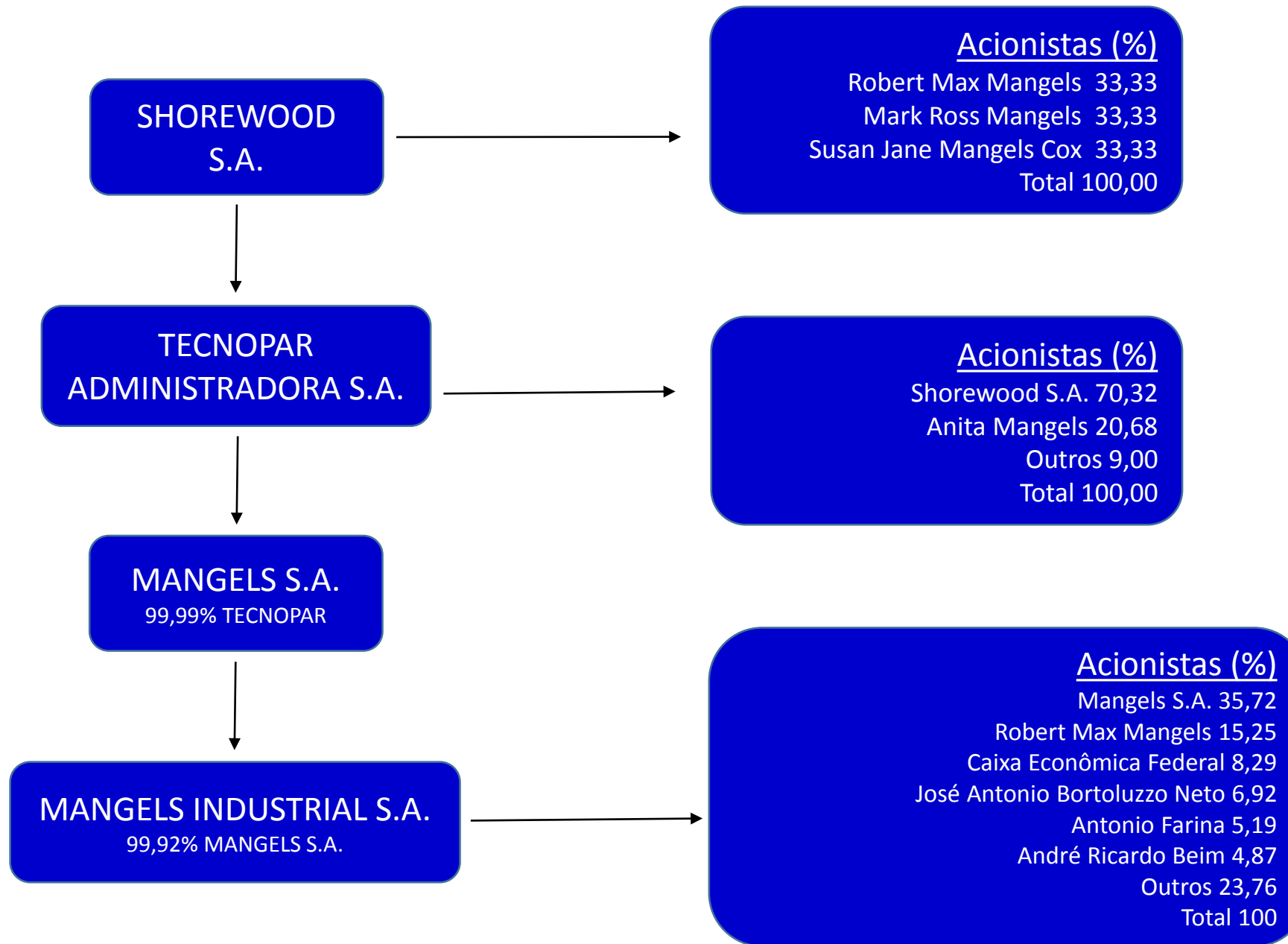
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.071
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	14
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	11

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.547	0,080000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	2.530.610	68,100000%
Total	2.532.157	43,810000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Encerrou-se em 28/12/2012 a vigência do Acordo de Acionistas entre a Companhia e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Não há outros Acordos de Acionistas do qual a Companhia ou o controlador sejam partes.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

No exercício de 2017, não houve alteração relevante na participação no capital da Companhia por parte de membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram operações societárias descritas neste item.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas e a Companhia são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

A Companhia não possui política formal para transação com partes relacionadas, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Empresa.

Sobre saldos de mútuo, resultante da política centralizada de caixa da Companhia, incidem encargos de mercado. Estes contratos não apresentam prazo de vencimento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
E. Koga & Cia.Ltda.	31/12/2017	0,00	1.593.145,35 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mangels Componentes da Amazonia Ltda	31/12/2017	0,00	16.166.591,10 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas observam as disposições legais, em especial o artigo 245 da Lei 6404/76, que estabelece: “Os administradores não podem, em prejuízo da Companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

Os contratos estabelecem a incidência de juros sobre o saldo devedor, calculados pela variação dos Certificados de Depósito Bancário – CDI.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/06/2016	171.272.996,71		2.067.243	3.715.969	5.783.212

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve aumento de capital.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
29/04/2016	6.201.730	11.147.908	17.349.638	2.067.243	3.715.969	5.783.212

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos três últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias terão direito a dividendos. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias tem o direito de reembolso de capital, respeitando que as ações preferenciais terão prioridade.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais terão direito a dividendos, observando-se que as preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto de acionistas ou os obriga a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.841	4,95	4,63	R\$ por Unidade	4,71
30/06/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.873	4,09	4,08	R\$ por Unidade	4,08
30/09/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.973	4,25	4,20	R\$ por Unidade	4,23
31/12/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.394	4,12	3,81	R\$ por Unidade	3,97

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.017	2,07	1,98	R\$ por Unidade	2,04
30/06/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.749	2,70	2,47	R\$ por Unidade	2,57
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.213	4,12	3,80	R\$ por Unidade	3,83
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.375	3,75	3,75	R\$ por Unidade	3,75

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.590	1,95	1,92	R\$ por Unidade	1,92
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	238.197	3,48	3,00	R\$ por Unidade	3,18
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	180.000	3,00	3,00	R\$ por Unidade	3,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.425	2,85	2,85	R\$ por Unidade	2,85

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são negociados na BM&F BOVESPA, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código “MGEL3” e suas ações preferenciais negociadas sob o código “MGEL4”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Os valores mobiliários da Companhia não são admitidos à negociação em mercado estrangeiro.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram mantidos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	14/06/2002
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretor Presidente, Diretor de Finanças e Administração, Diretor de Relações com Investidores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal

Principais características e locais de consulta

1. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar a política de negociação das ações de sua emissão por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. 1.1. A política de negociação referida no item 1 não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, e deverá contar com a adesão expressa das pessoas mencionadas no item 1 que queiram dela se beneficiar, as quais deverão observá-la estritamente.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>1. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.</p> <p>1.1. A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.</p> <p>1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a vedação do item 1 se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.</p> <p>1.3. A vedação do item 1 também prevalecerá :</p> <p>a. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e b. em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.</p> <p>1.4. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 1 no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) da companhia.</p> <p>1.5. As vedações previstas nos itens 1, 1.1, 1.2 e 1.3, letra "a" deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>1.6. A vedação prevista no item 1 não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral.2. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.</p>
--	--

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes, da qual destacamos as seguintes normas:

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

1. Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos do item 1 do Tópico II da Política de Divulgação.

1.1. O disposto no item 1 não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

1.2. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

1. O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações de que trata o item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, na forma ali prevista.

1.1. A comunicação e a divulgação referidas no item 1 deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, bem como um breve resumo acerca dos setores de atuação e atividades por ele desenvolvidas;

II - nome e qualificação do alienante, inclusive indireto, se houver;

III - preço, total e o atribuído por ação de cada espécie e classe, forma de pagamento e demais características e condições relevantes do negócio;

IV - objetivo da aquisição, indicando, no caso do adquirente ser companhia aberta, os efeitos esperados em seus negócios;

V - número e percentual de ações adquiridas, por espécie e classe, em relação ao capital votante e total;

VI - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia;

VII - declaração quanto à intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro da companhia aberta; e

VIII - outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia, em especial reestruturação societária envolvendo fusão, cisão ou incorporação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

1. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia, através do Diretor de Relações com Investidores, e este à CVM, e, se for o caso, à bolsa de

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições (modelos de comunicação – Anexos II e III) da Política de Divulgação.

1.1. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e

III - forma, preço e data das transações.

1.2. Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação de que trata o item 1 imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

1.3. As pessoas naturais indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos do item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, declaração contendo as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - objetivo da participação e quantidade visada;

III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;

IV - número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e

V - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

1.1. Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no item 1 deste tópico, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

1.2. As obrigações previstas nos itens 1 e 1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

1.3. A comunicação à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no item 1 deste tópico.

1.4. As pessoas mencionadas no item 1 deste tópico também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste tópico, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no item 1.

1.5. A CVM poderá autorizar a dispensa da divulgação pela imprensa, em face do grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de ato ou fato relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Dessa forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

A Instrução CVM 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Determinou que é de competência do Conselho de Administração a adoção de política de divulgação de ato ou fato relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante.

DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

2. Observada a definição no item 1, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;

VII - incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;

VIII - transformação ou dissolução da companhia;

IX - mudança na composição do patrimônio da companhia;

X - mudança de critérios contábeis;

XI - renegociação de dívidas;

XII - aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

XIII - alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;

XIV - desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

XV - aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

XVI - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

XVII - celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

XVIII - aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

XIX - início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

XX - descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;

XXI - modificação de projeções divulgadas pela companhia;

XXII - requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

2. Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

2.1. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que o fato não precisa ser divulgado, e, após expor suas razões, não convencer a pessoa que reportou o fato e solicitou sua divulgação poderá:

I – para evitar dúvidas ou questionamentos, e desde que não exista motivo significativo que suporte atitude contrária, divulgar o fato;

II – se entender que existe motivo significativo para não divulgar o fato, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, sendo certo contudo que a decisão final caberá ao Diretor de Relações com Investidores por ser ele o responsável indicado na Instrução CVM 358/02;

III – se decidido que o fato não será divulgado, a pessoa que inicialmente reportou o fato terá o direito de, entendendo ser injustificada a decisão de não divulgação, comunicar o fato à CVM de modo a eximir-se de responsabilidade.

2.2. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que é necessário solicitar exceção à CVM por conta de risco à companhia em caso de divulgação, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, cabendo, contudo sempre ao Diretor de Relações com Investidores decidir se deve ou não ser solicitado regime de exceção à CVM. Se, entretanto, a pessoa que reportou o fato entender que não é caso de regime de exceção poderá proceder conforme disposto no item 2 do tópico III da Política de Divulgação.

3. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

3.1. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

3.2. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciado, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

5. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

5.1. Caso os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

5.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

5.3. A suspensão de negociação a que se refere o item anterior não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e em tal bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

6. Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.1. Somente é permitido mencionar o ato ou fato relevante quando estritamente necessário no curso dos negócios da companhia. Neste caso, as pessoas para as quais são transmitidas a informação devem ser imediatamente avisadas do sigilo envolvido.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

6.2. Aquele que transmitir informações relevantes ainda não divulgadas em função de necessidade no curso dos negócios da companhia poderá, além de avisar sobre o sigilo envolvido, solicitar que os destinatários da informação assinem declaração por escrito nesse sentido.

7. É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários.

8. A Companhia deverá comunicar formalmente os termos da Política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas no item 2 delas obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ser arquivado na sede da companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

8.1. A Companhia deverá manter em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 2 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

8.2. A política de divulgação de informações poderá ser consultada no site da Companhia (www.mangels.com.br) e também no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia, possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.